



DIÁRIO OFICIAL

Diário Oficial dos Municípios do Estado do Maranhão



Índice

Prefeitura Municipal de Araiões	3
Prefeitura Municipal de Buriti Bravo	7
Prefeitura Municipal de Carolina	7
Prefeitura Municipal de Coelho Neto	7
Prefeitura Municipal de Colinas	8
Prefeitura Municipal de Gonçalves Dias	9
Prefeitura Municipal de Mirador	11
Prefeitura Municipal de Santa Rita	13
Prefeitura Municipal de São João dos Patos	14
Prefeitura Municipal de São José dos Basílios	19
Prefeitura Municipal de Sucupira do Riachão	19
Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso	24

EXPEDIENTE

CARGO	PREFEITO	MUNICÍPIO
PRESIDENTE	CLEOMAR TEMA CARVALHO CUNHA	TUNTUM
1º VICE-PRESIDENTE	DJALMA MELO MACHADO	ARARI
2º VICE-PRESIDENTE	HAMILTON NOGUEIRA ARAGÃO	SÃO MATEUS
SECRETÁRIO-GERAL	JURAN CARVALHO DE SOUZA	PRESIDENTE DUTRA
1º SECRETÁRIO	EMMANUEL DA CUNHA SANTOS AROSO NETO	ALTO ALEGRE DO MARANHÃO
2º SECRETÁRIO	ERLANIO FURTADO LUNA XAVIER	IGARAPÉ GRANDE
TESOUREIRO-GERAL	HENRIQUE CALDEIRA SALGADO	PINDARÉ - MIRIM
1º TESOUREIRO	WELLRIK CARVALHO DE SOUZA	BARRA DO CORDA
2º TESOUREIRO	JOÃO LUCIANO SILVA SOARES	PINHEIRO
DIRETOR DE EDUCAÇÃO	VALMIRA MIRANDA DA SILVA BARROS	COLINAS
DIRETOR DE SAÚDE	ROMILDO DAMASCENO SOARES	TUTÓIA
DIRETOR DE ASSISTENCIA SOCIAL	VALÉRIA MOREIRA CASTRO	PRESIDENTE SARNEY
DIRETOR DE MEIO AMBIENTE	JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA BARROS	VARGEM GRANDE
DIRETOR DE CULTURA	CONCEIÇÃO DE MARIA PEREIRA CASTRO	S. VICENTE FERRER
DIRETOR DE ORÇ. FINANÇAS	GLEYDSON RESENDE DA SILVA	BARÃO DE GRAJAÚ
DIRETOR DE SEGURANÇA	FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO	ALTO ALEGRE DO PINDARÉ
DIRETOR JURÍDICO	TIAGO RIBEIRO DANTAS	FEIRA NOVA DO MARANHÃO
DIRETOR INFRA-ESTRUTURA	ARQUIMEDES A. BACELAR	AFONSO CUNHA
REPRESENTAÇÃO EM BRASÍLIA - DF	DOMINGOS COSTA CORREA	MATÕES DO NORTE
CONSELHO FISCAL - EFETIVO	JOSÉ AGUIAR RODRIGUES NETO	NINA RODRIGUES
	ANTONIO JOSÉ MARTINS	BEQUIMÃO
	LUIS MENDES FERREIRA FILHO	COROTÁ
CONSELHO FISCAL - SUPLENTE	LAHESIO RODRIGUES DO BONFIM	SÃO PEDRO DOS CRENTES
	ADELBASTO RODRIGUES SANTOS	SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO
	LAÉRCIO COELHO ARRUDA	LAGO DA PEDRA

Prefeitura Municipal de Araíoses**EXTRATO DE ADITIVO 02 AO CONTRATO Nº 002.11/2017**

EXTRATO DE ADITIVO 02 AO CONTRATO nº 002.11/2017

CARTA CONVITE Nº 004/2017. Prefeitura Municipal de Araíoses/MA. OBJETO: Contratação de empresa de engenharia para a prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares, comerciais, feiras livres e eventos, bem como resíduos da saúde, no Município de Araíoses(MA). CONTRATADA: FORTES CONSTRUÇÕES LTDA -ME, Rua Dr. João Cândido, nº 1951, bairro Nova Parnaíba, Parnaíba - PI, CNPJ: 02.733.213/0001-58. VALOR GLOBAL: R\$ 23.487,76 (vinte e três mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e setenta e seis centavos). VIGENCIA: até 31/12/2017. DATA DA ASSINATURA: 22/12/2017. Cristino Gonçalves de Araújo - Prefeito Municipal.

Autor da Publicação: RAFAEL GOMES LEAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 003.11/2017

EXTRATO DO CONTRATO nº 003.11/2017

PREGAO PRESENCIAL Nº 048/2017. Prefeitura Municipal de Araíoses/MA. OBJETO: Contratação de empresa especializada para aquisição de material de consumo (material de expediente; higiene e limpeza e outros), com opção de sistema de registro de preços, para atender as necessidades das secretarias do município de Araíoses(MA). CONTRATADA: PINDORAMA COMÉRCIO E DIST. LTDA, Av. Pinheiro Machado, 3675, Bairro Alto Santa Maria, Parnaíba - PI, CNPJ: 04.974.814/0002-69. VALOR GLOBAL: R\$ 37.316,15 (trinta e sete mil trezentos e dezesseis reais e quinze centavos). VIGENCIA: 22/11/2017 a 29/12/2017. DATA DA ASSINATURA: 22/11/2017. Cristino Gonçalves de Araújo - Prefeito Municipal.

Autor da Publicação: RAFAEL GOMES LEAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 004.11/2017

EXTRATO DO CONTRATO nº 004.11/2017

PREGAO PRESENCIAL Nº 048/2017. Prefeitura Municipal de Araíoses/MA. OBJETO: Contratação de empresa especializada para aquisição de material de consumo (material de expediente; higiene e limpeza e outros), com opção de sistema de registro de preços, para atender as necessidades das secretarias do município de Araíoses(MA). CONTRATADA: PINDORAMA COMÉRCIO E DIST. LTDA, Av. Pinheiro Machado, 3675, Bairro Alto Santa Maria, Parnaíba - PI, CNPJ: 04.974.814/0002-69. VALOR GLOBAL: R\$ 39.065,32 (trinta e nove mil sessenta e cinco reais e trinta e dois centavos). VIGENCIA: 22/11/2017 a 29/12/2017. DATA DA ASSINATURA: 22/11/2017. Sandra da Silva Fontenele - Secretária Municipal de Saúde.

Autor da Publicação: RAFAEL GOMES LEAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 005.11/2017

EXTRATO DO CONTRATO nº 005.11/2017

PREGAO PRESENCIAL Nº 048/2017. Prefeitura Municipal de Araíoses/MA. OBJETO: Contratação de empresa especializada para aquisição de material de consumo (material de expediente; higiene e

limpeza e outros), com opção de sistema de registro de preços, para atender as necessidades das secretarias do município de Araíoses(MA). CONTRATADA: PINDORAMA COMÉRCIO E DIST. LTDA, Av. Pinheiro Machado, 3675, Bairro Alto Santa Maria, Parnaíba - PI, CNPJ: 04.974.814/0002-69. VALOR GLOBAL: R\$ 12.218,90 (doze mil duzentos e dezoito reais e noventa centavos). VIGENCIA: 05/12/2017 a 29/12/2017. DATA DA ASSINATURA: 05/12/2017. Juliana Gonçalves de Araújo - Secretária Municipal de Trabalho e Ação Social.

Autor da Publicação: RAFAEL GOMES LEAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 006.11/2017

EXTRATO DO CONTRATO nº 006.11/2017

PREGAO PRESENCIAL Nº 048/2017. Prefeitura Municipal de Araíoses/MA. OBJETO: Contratação de empresa especializada para aquisição de material de consumo (material de expediente; higiene e limpeza e outros), com opção de sistema de registro de preços, para atender as necessidades das secretarias do município de Araíoses(MA). CONTRATADA: M. L. BARBOSA SANTOS - ME, Rua São Francisco, nº 11, bairro Planalto Aurora, São Luís - MA, CNPJ: 63.426.472/0001-20. VALOR GLOBAL: R\$ 172.692,25 (cento e setenta e dois mil seiscentos e noventa e dois reais e vinte e cinco centavos). VIGENCIA: 30/11/2017 a 29/12/2017. DATA DA ASSINATURA: 30/11/2017. Cristino Gonçalves de Araújo - Prefeito Municipal.

Autor da Publicação: RAFAEL GOMES LEAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 007.11/2017

EXTRATO DO CONTRATO nº 007.11/2017

PREGAO PRESENCIAL Nº 048/2017. Prefeitura Municipal de Araíoses/MA. OBJETO: Contratação de empresa especializada para aquisição de material de consumo (material de expediente; higiene e limpeza e outros), com opção de sistema de registro de preços, para atender as necessidades das secretarias do município de Araíoses(MA). CONTRATADA: M. L. BARBOSA SANTOS - ME, Rua São Francisco, nº 11, bairro Planalto Aurora, São Luís - MA, CNPJ: 63.426.472/0001-20. VALOR GLOBAL: R\$ 82.913,05 (oitenta e dois mil novecentos e treze reais e cinco centavos). VIGENCIA: 30/11/2017 a 29/12/2017. DATA DA ASSINATURA: 30/11/2017. Sandra da Silva Fontenele - Secretária Municipal de Saúde.

Autor da Publicação: RAFAEL GOMES LEAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 008.11/2017

EXTRATO DO CONTRATO nº 008.11/2017

PREGAO PRESENCIAL Nº 048/2017. Prefeitura Municipal de Araíoses/MA. OBJETO: Contratação de empresa especializada para aquisição de material de consumo (material de expediente; higiene e limpeza e outros), com opção de sistema de registro de preços, para atender as necessidades das secretarias do município de Araíoses(MA). CONTRATADA: M. L. BARBOSA SANTOS - ME, Rua São Francisco, nº 11, bairro Planalto Aurora, São Luís - MA, CNPJ: 63.426.472/0001-20. VALOR GLOBAL: R\$ 34.751,79 (trinta e quatro mil setecentos e cinquenta e um reais e setenta e nove centavos). VIGENCIA: 30/11/2017 a 29/12/2017. DATA DA ASSINATURA: 30/11/2017. Juliana Gonçalves de Araújo - Secretária Municipal de Trabalho e Ação Social.

Autor da Publicação: RAFAEL GOMES LEAL**EXTRATO DE CONTRATO Nº 012.11/2017****EXTRATO DO CONTRATO nº 012.11/2017**

PREGAO PRESENCIAL Nº 049/2017. Prefeitura Municipal de Araiões/MA. OBJETO: Contratação de empresa especializada, mediante registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para atender as necessidades das secretarias municipais de saúde, educação, trabalho e ação social e administração, integrantes da estrutura administrativa da prefeitura municipal de Araiões(MA). CONTRATADA: J. A. S. DE SOUZA - ME, Rua Arthur Carvalho, nº 10, Bairro: Bom Jardim, São José de Ribamar - MA, CNPJ: 07.894.563/0001-10. VALOR GLOBAL: R\$ 66.831,03 (sessenta e seis mil, oitocentos e trinta um reais e três centavos). VIGENCIA: 24/11/2017 a 29/12/2017. DATA DA ASSINATURA: 24/11/2017. Cristino Gonçalves de Araújo - Prefeito Municipal.

Autor da Publicação: RAFAEL GOMES LEAL**EXTRATO DE CONTRATO Nº 013.11/2017****EXTRATO DO CONTRATO nº 013.11/2017**

PREGAO PRESENCIAL Nº 049/2017. Prefeitura Municipal de Araiões/MA. OBJETO: Contratação de empresa especializada, mediante registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para atender as necessidades das secretarias municipais de saúde, educação, trabalho e ação social e administração, integrantes da estrutura administrativa da prefeitura municipal de Araiões(MA). CONTRATADA: J. A. S. DE SOUZA - ME, Rua Arthur Carvalho, nº 10, Bairro: Bom Jardim, São José de Ribamar - MA, CNPJ: 07.894.563/0001-10. VALOR GLOBAL: R\$ 40.867,85 (quarenta mil, oitocentos e sessenta e sete reais e oitenta e cinco centavos). VIGENCIA: 24/11/2017 a 29/12/2017. DATA DA ASSINATURA: 24/11/2017. Sandra da Silva Fontenele - Secretária Municipal de Saúde.

Autor da Publicação: RAFAEL GOMES LEAL**EXTRATO DE CONTRATO Nº 015.11/2017****EXTRATO DO CONTRATO nº 015.11/2017**

PREGAO PRESENCIAL Nº 049/2017. Prefeitura Municipal de Araiões/MA. OBJETO: Contratação de empresa especializada, mediante registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para atender as necessidades das secretarias municipais de saúde, educação, trabalho e ação social e administração, integrantes da estrutura administrativa da prefeitura municipal de Araiões(MA). CONTRATADA: AGRESTE COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - ME, Rua Av. Dezenove de outubro, nº 1133, Bairro: Lourival Parente, Teresina - PI, CNPJ: 15.811.210/0001-37. VALOR GLOBAL: R\$ 79.082,40 (setenta e nove mil, oitenta e dois reais e quarenta centavos). VIGENCIA: 27/11/2017 a 29/12/2017. DATA DA ASSINATURA: 27/11/2017. Cristino Gonçalves de Araújo - Prefeito Municipal.

Autor da Publicação: RAFAEL GOMES LEAL**EXTRATO DE CONTRATO Nº 002.01/2018****EXTRATO DO CONTRATO nº 002.01/2018**

PREGAO PRESENCIAL Nº 051/2017. Prefeitura Municipal de Araiões/MA. OBJETO: Contratação de empresa especializada, mediante registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamento, material médico hospitalar, permanente hospitalar e material de consumo odontológico para atender as necessidades da secretaria municipal de saúde, integrante da estrutura administrativa da prefeitura municipal de Araiões(MA). CONTRATADA: DIMENSÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI - ME, Av. Industrial Gil Martins, nº 1203, Bairro PIO XII, Teresina - PI, CNPJ: 02.956.130/0001-28. VALOR GLOBAL: R\$ 28.232,68 (vinte e oito mil duzentos e trinta e dois reais e sessenta e oito centavos). VIGENCIA: 09/01/2018 a 08/04/2018. DATA DA ASSINATURA: 09/01/2018. Sandra da Silva Fontenele - Secretária Municipal de Saúde.

Autor da Publicação: RAFAEL GOMES LEAL**EXTRATO DE CONTRATO Nº 003.01/2018****EXTRATO DO CONTRATO nº 003.01/2018**

PREGAO PRESENCIAL Nº 049/2017. Prefeitura Municipal de Araiões/MA. OBJETO: Contratação de empresa especializada, mediante registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para atender as necessidades das secretarias municipais de saúde, educação, trabalho e ação social e administração, integrantes da estrutura administrativa da prefeitura municipal de Araiões(MA). CONTRATADA: AGRESTE COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - ME, Av. Dezenove de outubro, nº 1133, Bairro: Lourival Parente, Teresina - PI, CNPJ: 15.811.210/0001-37. VALOR GLOBAL: R\$ 46.452,70 (quarenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e setenta centavos). VIGENCIA: 10/01/2018 a 09/02/2018. DATA DA ASSINATURA: 10/01/2018. Cristino Gonçalves de Araújo - Prefeito Municipal.

Autor da Publicação: RAFAEL GOMES LEAL**EXTRATO DE CONTRATO Nº 004.01/2018****EXTRATO DO CONTRATO nº 004.01/2018**

PREGAO PRESENCIAL Nº 049/2017. Prefeitura Municipal de Araiões/MA. OBJETO: Contratação de empresa especializada, mediante registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para atender as necessidades das secretarias municipais de saúde, educação, trabalho e ação social e administração, integrantes da estrutura administrativa da prefeitura municipal de Araiões(MA). CONTRATADA: AGRESTE COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - ME, Av. Dezenove de outubro, nº 1133, Bairro: Lourival Parente, Teresina - PI, CNPJ: 15.811.210/0001-37. VALOR GLOBAL: R\$ 26.132,10 (vinte e seis mil, cento e trinta e dois reais e dez centavos). VIGENCIA: 10/01/2018 a 09/02/2018. DATA DA ASSINATURA: 10/01/2018. Cristino Gonçalves de Araújo - Prefeito Municipal.

Autor da Publicação: RAFAEL GOMES LEAL

PORTARIA NR. 011/2018

PORTARIA Nº. 011/2018

Dispõe sobre a exoneração de pessoal ocupante de cargo efetivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAIOSES, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no Processo de nº 253/2018, de 01 de Fevereiro de 2018, no qual trata sobre exoneração, a pedido, do servidor abaixo descrito,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, KLERES VICENTINA DA SILVA NEPOMUCENO do exercício do cargo efetivo de ORIENTADORA SOCIAL, lotada na Secretaria na Secretaria de ASSISTÊNCIA SOCIAL, deste município.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor a partir desta data, retroagindo seus efeitos ao dia 06 de Fevereiro de 2018,

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Araioses - MA, 06 de Março de 2018.

CRISTINO GONÇALVES DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Autor da Publicação: RAFAEL GOMES LEAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 007.01/2018

EXTRATO DE CONTRATO nº 007.01/2018

PREGAO PRESENCIAL Nº 049/2017. Prefeitura Municipal de Araioses/MA. OBJETO: Contratação de empresa especializada, mediante registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para atender as necessidades das secretarias municipais de saúde, educação, trabalho e ação social e administração, integrantes da estrutura administrativa da prefeitura municipal de Araioses(MA). CONTRATADA: J. A. S. DE SOUZA - ME, Rua Arthur Carvalho, nº 10, Bairro: Bom Jardim, São José de Ribamar - MA, CNPJ: 07.894.563/0001-10. VALOR GLOBAL: R\$ 63.313,83 (sessenta e três mil, trezentos e treze reais e três centavos). VIGENCIA: 12/01/2018 a 12/02/2018. DATA DA ASSINATURA: 10/01/2018. Cristino Gonçalves de Araújo - Prefeito Municipal.

Autor da Publicação: RAFAEL GOMES LEAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 008.01/2018

EXTRATO DE CONTRATO nº 008.01/2018

PREGAO PRESENCIAL Nº 049/2017. Prefeitura Municipal de Araioses/MA. OBJETO: Contratação de empresa especializada, mediante registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para atender as necessidades das secretarias municipais de saúde, educação, trabalho e ação social e

administração, integrantes da estrutura administrativa da prefeitura municipal de Araioses(MA). CONTRATADA: J. A. S. DE SOUZA - ME, Rua Arthur Carvalho, nº 10, Bairro: Bom Jardim, São José de Ribamar - MA, CNPJ: 07.894.563/0001-10. VALOR GLOBAL: R\$ 40.867,85 (quarenta mil, oitocentos e sessenta e sete reais e oitenta e cinco centavos). VIGENCIA: 12/01/2018 a 12/02/2018. DATA DA ASSINATURA: 10/01/2018. Sandra da Silva Fontenele - Secretária Municipal de Saúde.

Autor da Publicação: RAFAEL GOMES LEAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 014.01/2018

EXTRATO DE CONTRATO nº 014.01/2018

PREGAO PRESENCIAL Nº 055/2017. Prefeitura Municipal de Araioses/MA. OBJETO: Contratação de empresa especializada, mediante registro de preços para futura e eventual aquisição de material hidráulico para atender as necessidades da secretaria municipal de obras e urbanismo, integrante da estrutura administrativa da prefeitura municipal de Araioses(MA). CONTRATADA: I. N. IRRIGAÇÃO, "IRRIGAR", Rua Alcenor Candeira, nº 430, Centro, Parnaíba - PI, CNPJ: 34.971.267/0001-48. VALOR GLOBAL: R\$ 195.028,00 (cento e noventa e cinco mil e vinte e oito reais). VIGENCIA: 01/02/2018 a 31/07/2018. DATA DA ASSINATURA: 01/02/2018. Cristino Gonçalves de Araújo - Prefeito Municipal.

Autor da Publicação: RAFAEL GOMES LEAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 015.01/2018

EXTRATO DE CONTRATO nº 015.01/2018

PREGAO PRESENCIAL Nº 001/2018. Prefeitura Municipal de Araioses/MA. OBJETO: Contratação de empresa especializada, mediante registro de preços para futura e eventual aquisição de pneus, câmaras de ar e protetoras, para atender as necessidades das secretarias municipais de saúde, educação, trabalho e ação social, agricultura e administração, integrantes da estrutura administrativa da prefeitura municipal de Araioses(MA). CONTRATADA: RHAMON TEXEIRA BENIGNO - ME, Av. Miguel Rosa, nº 7006, Q-B LOTE 5, bairro Tabuleta, Teresina - PI, CNPJ: 21.671.232/0001-41. VALOR GLOBAL: R\$ 57.800,00 (cinquenta e sete mil e oitocentos reais). VIGENCIA: 05/02/2018 a 04/04/2018. DATA DA ASSINATURA: 05/02/2018. Cristino Gonçalves de Araújo - Prefeito Municipal.

Autor da Publicação: RAFAEL GOMES LEAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 016.01/2018

EXTRATO DE CONTRATO nº 016.01/2018

DISPENSA Nº 003/2018. LOCATÁRIA: Prefeitura Municipal de Araioses/MA. OBJETO: Locação de IMÓVEL situado na Rua Maracanã, s/n, Bairro Alto São Manoel, município de Araioses - MA, CEP. 65.570-000, onde funcionará o CENTRO DE REFERÊNCIAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS, vinculado a Secretaria de Trabalho e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Araioses(MA). LOCADORA: Maria Elza Galeno dos Santos, Rua Constantino Aguiar, nº 850, Bairro Alto São Manoel, Araioses - MA, CPF: 273.613.222-04. VALOR MENSAL: R\$ 900,00 (novecentos reais). VIGENCIA: 12/01/2018 a 31/12/2018. DATA DA ASSINATURA: 12/01/2018. Julliana Gonçalves de Araújo -

Secretária Municipal de Trabalho e Ação Social.

Autor da Publicação: RAFAEL GOMES LEAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 017.01/2018

EXTRATO DE CONTRATO nº 017.01/2018

DISPENSA Nº 004/2018. LOCATÁRIA: Prefeitura Municipal de Araiões/MA. OBJETO: Locação de IMÓVEL situado na Rua do Mercado Velho, s/n, Centro, município de Araiões - MA, CEP. 65.570-000, onde funcionará o CENTRO DE REFERÊNCIAS ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS, vinculado a Secretaria de Trabalho e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Araiões(MA). LOCADORA: Maria dos Prazeres Lima da Silva, Rua do Mercado Velho, s/n, Centro, Araiões - MA, CPF: 208.160.733-68. VALOR MENSAL: R\$ 900,00 (novecentos reais). VIGENCIA: 12/01/2018 a 31/12/2018. DATA DA ASSINATURA: 12/01/2018. Julliana Gonçalves de Araújo - Secretária Municipal de Trabalho e Ação Social.

Autor da Publicação: RAFAEL GOMES LEAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 018.01/2018

EXTRATO DE CONTRATO nº 018.01/2018

DISPENSA Nº 005/2018. LOCATÁRIA: Prefeitura Municipal de Araiões/MA. OBJETO: Locação de IMÓVEL situado na Av. Central, nº 10, Bairro Alto São Manoel, no município de Araiões(MA), CEP. 65.570-000, onde funcionará a Sede do Conselho Tutelar, vinculado a Secretaria de Trabalho e Ação Social da Prefeitura Municipal de Araiões(MA). LOCADORA: Francisca Gorete Portugal Machado, Rua Central, nº 308, Centro, Araiões - MA, CPF: 337.417.603-82. VALOR MENSAL: R\$ 900,00 (novecentos reais). VIGENCIA: 12/01/2018 a 31/01/2018. DATA DA ASSINATURA: 12/01/2018. Julliana Gonçalves de Araújo - Secretária Municipal de Trabalho e Ação Social.

Autor da Publicação: RAFAEL GOMES LEAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 019.01/2018

EXTRATO DE CONTRATO nº 019.01/2018

DISPENSA Nº 006/2018. LOCATÁRIA: Prefeitura Municipal de Araiões/MA. OBJETO: Locação de IMÓVEL situado na Rua São Raimundo Nonato, nº 25, Bairro Botafogo, município de Araiões - MA, CEP. 65.570-000, onde funcionará o CENTRO DE CONVIVÊNCIA BEM QUERER, vinculado a Secretaria de Trabalho e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Araiões(MA). LOCADORA: Suely de Jesus Rodrigues da Silva, Rua Central, nº 308, Centro, Araiões - MA, CPF: 790.293.291-49. VALOR MENSAL: R\$ 900,00 (novecentos reais). VIGENCIA: 12/01/2018 a 31/12/2018. DATA DA ASSINATURA: 12/01/2018. Julliana Gonçalves de Araújo - Secretária Municipal de Trabalho e Ação Social.

Autor da Publicação: RAFAEL GOMES LEAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 020.01/2018

EXTRATO DE CONTRATO nº 020.01/2018

DISPENSA Nº 007/2018. LOCATÁRIA: Prefeitura Municipal de Araiões/MA. OBJETO: Locação de IMÓVEL situado na Rua Sete de

Setembro, s/n, Centro, município de Araiões - MA, CEP. 65.570-000, onde funcionará a SEDE DA SECRETARIA DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL, vinculado a Secretaria de Trabalho e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Araiões(MA). LOCADORA: MITRA DIOCESANA DE BREJO, Organização Religiosa, sediada na Rua Sete de Setembro, s/n, Centro, Araiões - MA, CNPJ: 05.626.932/0010-59. VALOR MENSAL: R\$ 3.000,00 (três mil reais). VIGENCIA: 12/01/2018 a 31/12/2018. DATA DA ASSINATURA: 12/01/2018. Julliana Gonçalves de Araújo - Secretária Municipal de Trabalho e Ação Social.

Autor da Publicação: RAFAEL GOMES LEAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 021.01/2018

EXTRATO DE CONTRATO nº 021.01/2018

DISPENSA Nº 008/2018. LOCATÁRIA: Prefeitura Municipal de Araiões/MA. OBJETO: Locação de IMÓVEL situado na Rua 28 de Julho, s/n, Bairro Alto São Manoel, município de Araiões - MA, CEP. 65.570-000, onde funcionará o ALMOXARIFADO PARA O ARMAZENAMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, vinculado a Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Araiões(MA). LOCADORA: Edinaldo Pereira da Silva Oliveira, Rua 28 de Julho, s/n, Bairro Alto São Manoel, Centro, Araiões - MA, CPF: 962.382.403-34. VALOR MENSAL: R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais). VIGENCIA: 12/01/2018 a 31/12/2018. DATA DA ASSINATURA: 12/01/2018. Cristino Gonçalves de Araújo - Prefeito Municipal.

Autor da Publicação: RAFAEL GOMES LEAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 022.01/2018

EXTRATO DE CONTRATO nº 022.01/2018

DISPENSA Nº 009/2018. LOCATÁRIA: Prefeitura Municipal de Araiões/MA. OBJETO: Locação de IMÓVEL situado na Av. Oscar Freitas, s/n, Bairro Nova Conceição, no município de Araiões(MA), CEP. 65.570-000, onde funcionará a Sede do Almoarifado para estocagem de materiais didáticos e materiais de limpeza, vinculado a Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Araiões(MA). LOCADORA: Harsler Lima Lira de Araújo, Travessa Sete de Setembro, nº 165, Bairro Comprida, Araiões - MA, CPF: 057.873.743-47. VALOR MENSAL: R\$ 3.000,00 (três mil reais). VIGENCIA: 12/01/2018 a 31/12/2018. DATA DA ASSINATURA: 12/01/2018. Cristino Gonçalves de Araújo - Prefeito Municipal.

Autor da Publicação: RAFAEL GOMES LEAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 023.01/2018

EXTRATO DE CONTRATO nº 023.01/2018

DISPENSA Nº 010/2018. LOCATÁRIA: Prefeitura Municipal de Araiões/MA. OBJETO: Locação de IMÓVEL situado na Rua 21 de Abril, s/n, Bairro Conceição, no município de Araiões(MA), CEP. 65.570-000, onde funcionará a Sede da Secretaria de Agricultura, vinculado a Secretaria de Agricultura da Prefeitura Municipal de Araiões(MA). LOCADORA: Antônio Joaquim Viana, Rua do Botafogo, s/n, Bairro Conceição, Araiões - MA, CPF: 131.788.573-20. VALOR MENSAL: R\$ 900,00 (novecentos reais). VIGENCIA: 12/01/2018 a 31/12/2018. DATA DA ASSINATURA: 12/01/2018. Cristino Gonçalves de Araújo - Prefeito Municipal.

Autor da Publicação: RAFAEL GOMES LEAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 001.02/2018

EXTRATO DE CONTRATO nº 001.02/2018

DISPENSA Nº 011/2018. LOCATÁRIA: Prefeitura Municipal de Araiões/MA. OBJETO: Locação de IMÓVEL situado na Rua Benjamim Constant s/n, Centro, município de Araiões - MA, CEP. 65.570-000, onde funcionará a Sede do Conselho Tutelar, vinculado a Secretaria de Trabalho e Ação Social da Prefeitura Municipal de Araiões(MA). LOCADORA: Vera Lúcia Lima da Silva, Rua Benjamim Constant s/n, Centro, Araiões - MA, CPF: 373.938.473-53. VALOR MENSAL: R\$ 900,00 (novecentos reais). VIGENCIA: 12/01/2018 a 31/12/2018. DATA DA ASSINATURA: 12/01/2018. Julliana Gonçalves de Araújo - Secretária Municipal de Trabalho e Ação Social.

Autor da Publicação: RAFAEL GOMES LEAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 002.02/2018

EXTRATO DE CONTRATO nº 002.02/2018

DISPENSA Nº 012/2018. Prefeitura Municipal de Araiões/MA. OBJETO: Prestação de serviço de transporte escolar, em veículos denominados ônibus, micro ônibus, lancha, utilitários e similares, na circunscrição do município de Araiões(MA), para a secretaria de educação, integrante da estrutura administrativa da prefeitura municipal de Araiões(MA). CONTRATADA: JESUS E FARIAS LTDA - EPP, Rua 11, nº 02, Q-13, CONJ. Joaz Souza, Bairro São Vicente de Paula, Parnaíba - PI, CNPJ: 05.931.583/0001-98. VALOR GLOBAL: R\$ 127.982,55 (cento e vinte e sete mil, novecentos e oitenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos). VIGENCIA: 19/02/2018 a 09/03/2018. DATA DA ASSINATURA: 19/02/2018. Cristino Gonçalves de Araújo - Prefeito Municipal.

Autor da Publicação: RAFAEL GOMES LEAL

Prefeitura Municipal de Buriti Bravo

ERRATA: ERRATA DE PUBLICAÇÃO.

ERRATA DE PUBLICAÇÃO. REPUBLICAÇÃO DA PORTARIA Nº 001/2018 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018 DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO SERTÃO MARANHENSE - CIDR SERTÃO MARANHENSE, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO MARANHÃO NO DIA 06 DE MARÇO DE 2018, EDIÇÃO Nº 1.794. Retifica-se o número da Portaria nº 001/2018 de 15 de fevereiro de 2018 que dispõe sobre o local de funcionamento e o horário de funcionamento da Comissão Permanente de Licitação - CPL do Consórcio Intermunicipal. 1. Onde se Lê: "Portaria nº 001/2018 de 15 de fevereiro de 2018"; 2. Lê se: "Portaria nº 002/2018 de 15 de fevereiro de 2018". Registre-se, Publique-se e Cumpra-se. Gabinete do Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional do Sertão Maranhense, aos dezesseis dias de fevereiro de dois mil e dezoito. Cid Pereira da Costa - Presidente do Consórcio

Autor da Publicação: CARLOS ALARICO FRANCISCO DUARTE

Prefeitura Municipal de Carolina

RESULTADO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018 - SAAE

RESULTADO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018 - SRP O Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE do município de Carolina - MA, por intermédio do Pregoeiro, torna publico o resultado do Pregão Presencial nº 001/2018, que teve como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de combustível e lubrificantes, para atender as necessidades básicas no apoio a manutenção e tratamento de água e esgoto, na sede e distritos do município de Carolina, de interesse do Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE. Saiu como vencedora, da licitação supracitada, a empresa: **AUTO POSTO SANTA CRUZ LTDA**, inscrita no CNPJ nº 63.534.408/0001-63, vencedora de todos os itens, com proposta apresentada no valor total de R\$ 33.740,00 (trinta e três mil setecentos e quarenta reais), considerando que o critério de julgamento determinado foi do tipo Menor Preço por item. O Pregoeiro informa ainda, que os autos do Processo encontra-se com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE, Carolina - MA, 06 de Março de 2018. Delano da Silva Cunha **Pregoeiro**

Autor da Publicação: Diego de Sousa Miranda

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO. Pregão Presencial nº 002/2018-CPL/PMC. A Prefeitura Municipal de Carolina, mediante seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº 001, de 02 de janeiro de 2018, torna público que o Pregão Presencial nº 002/2018-CPL/PMC, do tipo Menor Preço, para Registro de Preços de **Móveis**, conforme Anexo I do Edital, realizar-se-á em **20.03.2018**, às **08h00min**, na sala da Comissão Permanente de Licitação-CPL, desta Prefeitura, localizada na Praça Alípio Carvalho, nº 50, Centro. CEP 65.980-000 - Carolina/MA. O Edital foi redigido na forma da Lei Federal nº 10.520/2002; Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e pela Lei Complementar nº 155/2016; Decreto Federal nº 3.555/2000; Decreto Federal nº 7.892/2013, aplicando subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal nº 8.666/1993 e demais normas regulamentares pertinentes à espécie; e seus anexos estão à disposição dos interessados, de 2º a 6º feira, no horário das 08h às 12h, na Comissão Permanente de Licitação-CPL desta Prefeitura ou no site www.carolina.ma.gov.br. Esclarecimentos adicionais, no mesmo endereço. Carolina/MA, 02 de março de 2018. **DANIEL ESTEVES GUIMARÃES** - Pregoeiro.

Autor da Publicação: DANIEL ESTEVES GUIMARÃES

Prefeitura Municipal de Coelho Neto

AVISO DE REVOGAÇÃO

A prefeitura municipal de Coelho Neto/MA através da Comissão Permanente de Licitação Com base no art. 38, inciso IX, art. 49, art. 109, inciso I alínea C da Lei Federal nº 8.666/93, torna público aos interessados que REVOGA a Licitação na Modalidade Tomada de Preços Nº 001/2018, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de recuperação de vias públicas para o município de Coelho Neto/MA. A nova data de abertura do certame será vinculada no diário oficial Estado do Maranhão.

Prefeitura Municipal de Coelho Neto/MA, 06 de março de 2018.
Domingos de Sousa Leal Filho – Presidente.

Autor da Publicação: Francisco Filho da Silva

Prefeitura Municipal de Colinas

LEI Nº 201/97, DE 18 DE SETEMBRO DE 1997.

LEI Nº 201/97, de 18 de setembro de 1997.

Modifica a Lei nº 179/96, de 15 de março de 1996, que cria o Fundo Municipal de Assistência Social e da outras providências. **O PREFEITO MUNICIPAL DE COLINAS**, no Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei: Art. 1º - O artigo 3º da Lei nº 179/96, de 15 de março de 1996, passa a ter a seguinte redação: " Art. 3º- O Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) será gerido por órgão da Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social, sob orientação e controle do Conselho Municipal de Assistência Social. " Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário. mando, portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Senhor Chefe do Gabinete a faça publicar, imprimir e correr. Gabinete do Prefeito Municipal de Colinas, 18 de setembro de 1997, 106º ano da Emancipação do Município. **Francisco Everton Macedo Costa, Prefeito Municipal.**

LEI Nº 179/96 DE 15 DE MARÇO DE 1996.

Cria o Fundo Municipal de Assistência Social e de outras providências. O Prefeito Municipal de Colinas, estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais. Faça saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei: Art 1º- Fica Criado o Fundo Municipal de Assistência Social-FEMAS, instrumento de captação e ampliação de recursos, que tem por objetivo proporcionar recursos e meios para o financiamento das ações na área de assistência social.. Art. 2º - Constituição do Fundo Municipal de Assistência Social-FMAS: e. recursos provenientes da transferência dos Fundos Nacional e Estadual de Assistência Social; II. Dotações orçamentárias do Município e recursos adicionais que a lei estabelecer de cada exercício; III doações, auxílios contribuições, subvenções e transferências de entidades nacionais e informacionais, organizações governamentais e não governamentais; IV. receitas de aplicações financeiras de recursos do Fundo, realizadas na forma da lei; V. as parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências que o Fundo Municipal de Assistência Social terá direito a receber por força da lei e de convênio no setor; VI. produto de convênios firmados Fundo;; VIII. outras receitas que venham a ser legalmente instituídas. § 1º - A dotações orçamentárias prevista para o órgão executor da Administração pública Municipal, responsável pela assistência social, será automaticamente transferida para a conta do fundo Municipal de Assistência social, tão logo sejam realizadas receitas **correspondentes**. § 2º - Os recursos que compõem o fundos serão depositados em instituições financeiras oficiais em conta especial sob a denominação-Fundo Municipal de Assistência Social- Art 3º - OFMAS será gerido pela Administração Pública Municipal , sob a orientação e controle do Conselho Municipal de Assistência Social. § 1º - A proposta orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social -FMAS. constará do Plano Diretor do Município do laudo Municipal de Assistência Social - FMAS, constará do plano Diretor do Município. § 2º - O orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social-FMAS, integrei o órgão da administração Municipal. Art. 4º - Os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social-FMAS, serão aplicados: , I - Financiamento total ou parcial do programas, projetos e serviços do assistência social desenvolvidos pelo órgão da Administração pública Municipal responsável pela execução da política de Assistência Social ou por órgãos conveniados; - II Pagamento de prestação serviços pela a entidades conveniadas de direito publico e privado para a execução de programas e projetos específicos do setor de assistência social; III - Aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas; IV - Construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviço» de assistência social; V - Desenvolvimento e aperfeiçoamento do» instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de assistência social; VI - Desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humano na área de assistência social; VII - pagamento dos benefícios eventuais, conforme o disposto no inciso [do artigo 15 da LEI Orgânica da Assistência Social. Art 5º - O repasse de recursos para as entidades e organizações de assistência social, devidamente registrada no CNAS, será efetivada por intermédio do FMAS de acordo com o critério estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social. Paragrafo único _ As transferências de recursos para as organizações governamentais e não governamentais de assistência social se processarão mediante convênios municipais em conformidade com os programas e serviços aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência social Art.6º As contas e os relatórios do gestor do Fundo Municipal de Assistência Social serão submetidas a apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, mensalmente de forma sintética e anualmente de forma analítica. Art. 7º - Para atender às despesas decorrentes da implantação da presente lei fica o poder executivo autorizado abrir, no presente exercício crédito adicional especial até o valor de R\$ 12.000,00 (Dois mil reais), obedecidos as prescrições contidas no inciso 1 e III do paragrafo 1º do artigo 43 da LEI Federal nº 4.320/64. Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação revogadas as disposições em contrário MAN.DO portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir inteiramente como nela se contém. O Sr. chefe do Gabinete do Prefeito a faça publicar., imprimir e correr. **GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE, COLINAS-(MA), 15 DE MARÇO DE 1996. JOSÉ HENRIQUE BARBOSA BRANDÃO, PREFEITO MUNICIPAL.**

Autor da Publicação: CARLOS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal de Gonçalves Dias**DECRETO Nº 008/2018 - DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DA CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - CIP NO MUNICÍPIO DE GONÇALVES DIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 008/2018 - Dispõe sobre o reajuste da Contribuição de Iluminação Pública - CIP no município de Gonçalves Dias, e dá outras providências. O prefeito Municipal de Gonçalves Dias, estado do Maranhão, no uso das atribuições que lhe conferem a Constituição Federal, a Lei orgânica do Município e a Lei Municipal de nº 110/2010. **CONSIDERANDO** a necessidade de equilibrar as faixas de consumo, o percentual de participação da CIP nas faturas cobradas dos consumidores. **DECRETA: Art. 1º** A cobrança da Contribuição de Iluminação Pública - CIP, instituída pela Lei Municipal nº 110/2010, será determinada no Anexo I deste decreto. **Art. 2º** As despesas decorrentes da execução do presente decreto ocorrerão por conta de dotação orçamentária própria. **Art. 3º** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação. **Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se. **GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GONÇALVES DIAS, ESTADO DO MARANHÃO, 09 DE FEVEREIRO DE 2018. ANTÔNIO SOARES DE SENA - Prefeito Municipal.** CERTIFICO: que, nesta data, publiquei o presente Decreto, tendo sido afixado um exemplar no átrio da prefeitura e demais locais de acesso ao público. **DECRETO 008/2018, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.**

CONTRATO CONCESSÃO	ESCALÃO-DE	ATÉ ESCALÃO	COBRANÇA ATUAL	NOVO REAJUSTE	
GDB_RES_OF		30	1,84	2,05	
GDB_RES_OF	31	50	3,71	4,13	
GDB_RES_OF	51	79	4,82	5,37	
GDB_RES_OF	80	100	7,10	7,91	
GDB_RES_OF	101	140	11,22	12,51	
GDB_RES_OF	141	220	13,23	14,75	
GDB_RES_OF	221	360	20,05	22,35	
GDB_RES_OF	361	500	21,65	24,13	
GDB_RES_OF	501	1000	44,31	49,31	
GDB_RES_OF	1001	2000	70,67	78,79	
GDB_RES_OF	2001	3000	79,49	88,63	
GDB_RES_OF	3001	4000	88,62	98,81	
GDB_RES_OF	4001	5000	110,78	123,51	
GDB_RES_OF	5001	9999999999	110,78	123,51	
GDX_COM_OF		30	5,58	6,22	
GDX_COM_OF	31	50	7,44	8,29	
GDX_COM_OF	51	79	8,81	9,82	
GDX_COM_OF	80	100	9,30	10,36	
GDX_COM_OF	101	140	9,38	10,45	
GDX_COM_OF	141	220	12,28	13,70	
GDX_COM_OF	221	360	13,40	15,95	
GDX_COM_OF	361	500	18,60	20,73	
GDX_COM_OF	501	1000	37,20	41,47	
GDX_COM_OF	1001	2000	66,96	74,66	
GDX_COM_OF	2001	3000	118,70	132,35	
GDX_COM_OF	3001	4000	175,28	195,47	
GDX_COM_OF	4001	5000	179,27	199,88	
GDX_COM_OF	5001	9999999999	179,27	199,88	
GDX_CPR_OF		30	5,58	6,22	
GDX_CPR_OF	31	50	7,44	8,30	
GDX_CPR_OF	51	79	8,81	9,82	
GDX_CPR_OF	80	100	9,30	10,36	
GDX_CPR_OF	101	140	9,38	10,45	

GDX_CPR_OF	141	220	12,28	13,70	
GDX_CPR_OF	221	360	13,40	14,95	
GDX_CPR_OF	361	500	18,60	20,73	
GDX_CPR_OF	501	1000	37,20	41,47	
GDX_CPR_OF	1001	2000	66,96	74,66	
GDX_CPR_OF	2001	3000	89,26	99,52	
GDX_CPR_OF	3001	4000	119,01	132,69	
GDX_CPR_OF	4001	5000	148,77	165,87	
GDX_CPR_OF	5001	9999999999	148,77	165,87	
GDX_IND_OF		30	5,58	6,22	
GDX_IND_OF	31	50	7,44	8,30	
GDX_IND_OF	51	79	8,81	9,82	
GDX_IND_OF	80	100	9,30	10,36	
GDX_IND_OF	101	140	9,38	10,45	
GDX_IND_OF	141	220	12,28	13,70	
GDX_IND_OF	221	360	13,40	14,95	
GDX_IND_OF	361	500	18,60	20,73	
GDX_IND_OF	501	1000	37,20	41,47	
GDX_IND_OF	1001	2000	66,96	74,66	
GDX_IND_OF	2001	3000	118,70	132,35	
GDX_IND_OF	3001	4000	175,25	195,40	
GDX_IND_OF	4001	5000	179,27	199,90	
GDX_IND_OF	5001	9999999999	179,27	199,90	
GDX_PPB_OF		30	5,58	83,93	
GDX_PPB_OF	31	50	7,44	8,30	
GDX_PPB_OF	51	79	8,81	9,82	
GDX_PPB_OF	80	100	9,30	10,36	
GDX_PPB_OF	101	140	9,38	10,45	
GDX_PPB_OF	141	220	12,28	13,69	
GDX_PPB_OF	221	360	13,40	14,94	
GDX_PPB_OF	361	500	18,60	20,73	
GDX_PPB_OF	501	1000	37,20	41,47	
GDX_PPB_OF	1001	2000	66,96	74,66	
GDX_PPB_OF	2001	3000	118,70	132,35	
GDX_PPB_OF	3001	4000	175,28	195,43	
GDX_PPB_OF	4001	5000	179,27	199,88	
GDX_PPB_OF	5001	9999999999	179,27	199,88	
GDX_RUR_OF		30	1,79	2,00	
GDX_RUR_OF	31	50	2,49	2,77	
GDX_RUR_OF	51	79	3,14	3,50	
GDX_RUR_OF	80	100	3,97	4,42	
GDX_RUR_OF	101	140	5,57	6,21	
GDX_RUR_OF	141	220	6,56	7,31	
GDX_RUR_OF	221	360	10,72	11,95	
GDX_RUR_OF	361	500	11,66	13,00	
GDX_RUR_OF	501	1000	23,32	26,00	
GDX_RUR_OF	1001	2000	34,98	39,00	

GDX_RUR_OF	2001	3000	37,31	41,60	
GDX_RUR_OF	3001	4000	46,63	52,00	
GDX_RUR_OF	4001	5000	58,29	65,00	
GDX_RUR_OF	5001	9999999999	58,29	64,95	
GDX_SPU_OF		30	6,77	7,54	
GDX_SPU_OF	31	50	7,90	8,80	
GDX_SPU_OF	51	79	8,91	9,93	
GDX_SPU_OF	80	100	11,29	12,58	
GDX_SPU_OF	101	140	11,38	12,68	
GDX_SPU_OF	141	220	14,91	16,62	
GDX_SPU_OF	221	360	16,26	18,12	
GDX_SPU_OF	361	500	22,58	25,17	
GDX_SPU_OF	501	1000	45,15	50,34	
GDX_SPU_OF	1001	2000	81,29	90,63	
GDX_SPU_OF	2001	3000	108,38	120,84	
GDX_SPU_OF	3001	4000	158,05	176,22	
GDX_SPU_OF	4001	5000	180,63	201,40	
GDX_SPU_OF	5001	9999999999	180,63	201,40	

Gonçalves Dias, 09 de Fevereiro de 2018. ANTÔNIO SOARES DE SENA - Prefeito Municipal.

Autor da Publicação: DARLAN MENDES COELHO ALMEIDA

Prefeitura Municipal de Mirador

EXTRATO DE CONTRATO NR. 045//2018: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2018.

EXTRATO DE CONTRATO NR. 045//2018: ATA DE Registro de Preços nº001/2017 de 08.02.17

EXTRATO DE CONTRATO NR. 045/2018 resultante do Termo de Adesão nº001/2017, oriundo da ATA DE Registro de Preços nº001/2017 de 08.02.17, do município de São Domingos do Maranhão-MA, divulgado no Diário Oficial da União - PARTES: Município de Mirador (MA) e a empresa DIMENSÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.956.130/0001-28- ESPÉCIE: Contrato de Fornecimento. OBJETO: aquisição de medicamentos em geral e controlados, materiais hospitalares, materiais laboratoriais, materiais odontológicos e medicamentos para a farmácia básica, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Mirador - MA, - BASE LEGAL: Lei n.º 10.520/2002, e, subsidiariamente, pela Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores - PRAZO DE FORNECIMENTO: até 31 de Dezembro de 2018 - DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 31/01/2018 - VALOR GLOBAL: LOTE 1: R\$ 70.462,52; LOTE 2: R\$ 59.317,00; LOTE 3: R\$ 28.039,13; LOTE 4: R\$ 19.469,02; LOTE 5: R\$ 263.940,27; LOTE 6: R\$ 139.692,69; LOTE 7: R\$ 136.374,23; LOTE 8: R\$ 191.073,68; LOTE 9: R\$ 117.811,98; LOTE 10: R\$ 76.997,18; LOTE 11: R\$ 117.444,30; Totalizando o valor global de R\$ 1.220.622,31 (Um milhão duzentos e vinte mil seiscentos e vinte e dois reais e trinta e um centavos) - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:10 SECRETARIA DE SAÚDE - 10.122.501.2.058.0000 Manut. De Serviços Básicos de Saúde

- 10.302.502.2.050.0000 Manutenção Hospitalar - 10.305.504.2.055.0000 Manut. das ações e vigilância Sanitária e Epidemiológica - 3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES - 3.3.00.00 Outras Despesas Correntes - 3.3.90.30.00 Material de Consumo. SIGNATÁRIOS: JOSÉ RON-NILDE PEREIRA DE SOUSA, portador da CIRG nº. 0000063105393-4 SSPMA, do CPF nº. 621.041.873-20 - Prefeito Municipal, pela CONTRATANTE; MARCIO PINHEIRO VELOSO, CNH nº 00823200477 DETRANMA, CPF nº 553.780.803-04, Procurador, pela CONTRATADA. Mirador (MA), 31 de janeiro de 2018.

Autor da Publicação: GUILHERME COSTA CAMPOS

EXTRATO DE CONTRATO: CONTRATO Nº 037/2018;

EXTRATO DE CONTRATO: CONTRATO Nº 037/2018

EXTRATO.PROCESSO Nº 00.00.042/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2017 CONTRATO NR. 037/2018 - PARTES: Município de Mirador (MA) e a empresa R MACEDO-ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.680.662/0001-03- **ESPÉCIE:** Contrato de Prestação de Serviços. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de Serviços de Contratação de empresa especializada para os Serviços de Limpeza de Fossas (para o exercício de 2018) das Secretarias Municipais de Administração, Educação e Saúde de Mirador (MA). - BASE LEGAL: Lei n.º 10.520/2002, e, subsidiariamente, pela Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores; - **DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO:** 23/01/2018 - **VALOR GLOBAL:** LOTE I- Sec. de Educação: R\$ 97.750,00 (Noventa e sete mil e quinhentos e cinquenta

reais); **RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:** 12 EDUCAÇÃO-12.361.0304.2035.0000- Apoio e desenvolvimento da Escola;- 3.3.00.00.00- OUTRAS DESPESAS CORRENTES- 3.3.90.39.00- Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica; **SIGNATÁRIOS:** JOSÉ RON-NILDE PEREIRA DE SOUSA, portador da CIRG nº. 63105393-4, do CPF nº. 621.041.873-20 - Prefeito Municipal, pela **CONTRATANTE**; FRANCISCO MACEDO SOARES, PROCURADOR, portador do CPF nº 425.427.583-87, pela **CONTRATADA**. Mirador (MA), 23 de janeiro de 2017.

EXTRATO DE CONTRATO: CONTRATO Nº 038/2018

EXTRATO.PROCESSO Nº 00.00.042/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2017 CONTRATO NR. 038/2018 - PARTES: Município de Mirador (MA), através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MIRADOR**, inscrito no CNPJ sob o nº **12.250.370/0001-66** e a empresa R MACEDO-ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.680.662/0001-03- **ESPÉCIE:** Contrato de Prestação de Serviços. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de Serviços de Contratação de empresa especializada para os Serviços de Limpeza de Fossas (para o exercício de 2018) das Secretarias Municipais de Administração, Educação e Saúde de Mirador (MA). - **BASE LEGAL:** Lei n.º 10.520/2002, e, subsidiariamente, pela Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores; - **DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO:** 23/01/2018 - **VALOR GLOBAL:** LOTE II- Sec. de Saúde (Hospital): R\$ 36.550,00 (Trinta e seis mil quinhentos e cinquenta reais); LOTE III- Sec. de Saúde- R\$ 36.550,00 (Trinta e seis mil e quinhentos e cinquenta reais; totalizando o valor **Global R\$ 73.100,00 (Setenta e três mil e cem reais).** **RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:** 10. SAÚDE. 10.301.0501.2044.0000- Manutenção dos Serviços Básicos de Saúde;10.302.0502.2050.0000- Manutenção de Hospitais e Laboratórios de Análises Clínicas. 10.301.0502.2051.0000- Manut. Das Unidades Básicas de Saúde;3.3.00.00.00- OUTRAS DESPESAS CORRENTES-3.3.90.39.00- Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica; **SIGNATÁRIOS:** JOSÉ RON-NILDE PEREIRA DE SOUSA, portador da CIRG nº. 63105393-4, do CPF nº. 621.041.873-20 - Prefeito Municipal, pela **CONTRATANTE**; FRANCISCO MACEDO SOARES, PROCURADOR, portador do CPF nº 425.427.583-87, pela **CONTRATADA**. Mirador (MA), 23 de janeiro de 2017.

EXTRATO DE CONTRATO: CONTRATO Nº 039/2018

EXTRATO.PROCESSO Nº 00.00.042/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2017 CONTRATO NR.039/2018 - PARTES: Município de Mirador (MA) e a empresa R MACEDO-ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.680.662/0001-03- **ESPÉCIE:** Contrato de Prestação de Serviços. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de Serviços de Contratação de empresa especializada para os Serviços de Limpeza de Fossas (para o exercício de 2018) das Secretarias Municipais de Administração, Educação e Saúde de Mirador (MA). - **BASE LEGAL:** Lei n.º 10.520/2002, e, subsidiariamente, pela Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores; - **DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO:** 23/01/2018 - **VALOR GLOBAL:** LOTE IV: Sec. de Administração: R\$ 36.550,00 (Trinta e seis mil e quinhentos e cinquenta) reais; **RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:** 04.122.0203.2007.0000- Manut. Da Sec. de Administração, Faz e Planejamento.3.3.00.00.00- OUTRAS DESPESAS CORRENTES- 3.3.90.39.00- Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica; . **SIGNATÁRIOS:** JOSÉ RON-NILDE PEREIRA DE SOUSA, portador da CIRG nº. 63105393-4, do CPF nº. 621.041.873-20 - Prefeito Municipal,

pela **CONTRATANTE**; FRANCISCO MACEDO SOARES, PROCURADOR, portador do CPF nº 425.427.583-87, pela **CONTRATADA**. Mirador (MA), 23 de janeiro de 2017.

Autor da Publicação: GUILHERME COSTA CAMPOS

EXTRATO DE CONTRATO: CONTRATO NR. 044/2018

EXTRATO DE CONTRATO: CONTRATO NR. 044/2018

EXTRATO.PROCESSO Nº 00.00.043/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2017 - CONTRATO NR. 044/2018 - PARTES: Município de Mirador (MA), através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrita do C.N.P.J: 12.250.370/0001-66 e a empresa EXPRESSO VIP TRANSPORTES E TURISMO LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.045.136/0001-20- **ESPÉCIE:** Contrato de Prestação de Serviços. **OBJETO:** Prestação de serviços de reserva e emissão de bilhetes de passagens terrestres para atender os serviços de TFD (para o exercício de 2018) para atender a demanda da Rede Municipal de Saúde de Mirador - **BASE LEGAL:** Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores - **PRAZO DE EXECUÇÃO:** Até 31 de Dezembro de 2018 - **DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO:** 31/01/2018 - **VALOR GLOBAL:** Valor global de R\$ 103.000,00 (Cento e três mil) reais; - **RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.10.301.501-2.044-Manutenção dos Serviços Básicos de Saúde;3.0.00.00.00 Despesas Correntes 3.3.00.00.00 Outras Despesas Correntes;3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica, **SIGNATÁRIOS:** JOSÉ RON-NILDE PEREIRA DE SOUSA, portador da CIRG nº. 0000063105393-4 SSPMA, do CPF nº. 621.041.873-20 - Prefeito Municipal, pela **CONTRATANTE**; João Batista Carneiro, brasileiro, viúvo, Sócio Administrador CPF nº. 067.391993-53, pela **CONTRATADA**. Mirador (MA), 31 de janeiro de 2018.

Autor da Publicação: GUILHERME COSTA CAMPOS

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2017;

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL nº 010/2017

AVISO DE LICITAÇÃO. A PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR-MA, torna público a realização de Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, de interesse da Secretaria Municipal de Mirador-MA, sendo as seguintes: PREGÃO PRESENCIAL nº 0010/2018. **OBJETO:** Prestação de serviços para Organização do Aniversário da Cidade, com atrações de bandas, locação de palco, som e iluminação, banheiros químicos, e seguranças do município de Mirador-MA; **DATA DA SESSÃO:**19/03/2018 às 08hs00min; **BASE LEGAL:** Lei 10.520, e, Lei nº8.666/93 e suas alterações. Os Editais e seus anexos estão à disposição dos interessados, no Prédio da Prefeitura Municipal de Mirador-MA, na Avenida Francisco Luiz da Fonseca nº13, Centro, Nesta., de 2ª a 6ª, no horário das 08:00 às 12:00 horas, onde poderão ser adquiridos mediante o pagamento no valor de

R\$20,00(vinte reais). Mirador (MA), 06/03/2018. JOSÉ RON-NILDE PEREIRA DE SOUSA, Prefeito Municipal.

Autor da Publicação: GUILHERME COSTA CAMPOS

Prefeitura Municipal de Santa Rita

PROCESSO DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2018/CPS

PROCESSO DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2018/CPS - DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO COM VISTA À CELEBRAÇÃO DE PARCERIA ESTABELECIDADA PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COM A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DENOMINADA INSTITUTO MARANHENSE DE POLÍTICAS PÚBLICAS, PARA A CONSECUÇÃO DE FINALIDADES DE INTERESSE PÚBLICO. I - DO OBJETO: Trata-se de procedimento que tem por objeto a dispensa de chamamento público com vista à celebração de parceria estabelecida pela administração pública com a Organização da Sociedade Civil denominada INSTITUTO MARANHENSE DE POLÍTICAS PÚBLICAS, para a consecução de finalidades de interesse público, voltada a saúde, que seja regularmente constituída, de natureza jurídica de direito privado e sem fins lucrativos, previamente credenciada pelo órgão gestor da respectiva política, base legal Lei Federal 13.019/2014, Decreto Municipal nº 05/2018, Decreto Municipal 06/2018 e Medida Provisória nº 20/2018. **II - DO TERMO DE FOMENTO EXECUÇÃO DE PROJETO VINCULADO A SAÚDE DAS OBRAS REMANESCENTES DA GESTÃO ANTERIOR. DA NECESSIDADE DO FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE.** O termo de fomento apresentado pela Organização da Sociedade Civil teve foco na finalidade da promoção e proteção à saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte na situação de saúde e autonomia das pessoas e nos determinantes e condicionantes da saúde da coletividade. É cediço que as Unidades Básicas de Saúde (UBS) é o contato preferencial dos usuários, a principal porta de entrada e centro de comunicação com toda a Rede de Atenção à Saúde. É instalada perto de onde as pessoas moram, trabalham, estudam e vivem e, com isso, desempenha um papel central na garantia de acesso à população a uma atenção à saúde de qualidade. Com isso faz-se necessário que as obras remanescentes sejam concluídas com urgência, pois com o funcionamento das UBS, os moradores dessas localidades receberam atendimentos básicos e gratuitos em Pediatria, Ginecologia, Clínica Geral, Enfermagem e Odontologia. Sendo beneficiados com consultas médicas, inalações, injeções, curativos, vacinas, coleta de exames laboratoriais, tratamento odontológico, encaminhamentos para especialidades e fornecimento de medicação básica. **DA NECESSIDADE DO FUNCIONAMENTO DAS ACADEMIAS DE SAÚDE.** As academias de Saúde tem o objetivo principal de contribuir para a promoção da saúde da população a partir da implantação de polos com infraestrutura, equipamentos e quadro de pessoal qualificado para a orientação de práticas corporais e atividade física e de lazer e modos de vida saudáveis. No termo de fomento apresentado pela Organização a finalidade da execução do projeto está direcionada aos objetivos específicos de ampliar o acesso da população às políticas públicas de promoção da saúde; fortalecer a promoção da saúde como estratégia de produção de saúde; potencializar as ações nos âmbitos da Atenção

Primária em Saúde e da Promoção da Saúde; promover a integração multiprofissional na construção e execução das ações; promover a convergência de projetos ou programas nos âmbitos da saúde, educação, cultura, assistência social, esporte e lazer; ampliar a autonomia dos indivíduos sobre as escolhas de modos de vida mais saudáveis; aumentar o nível de atividade física da população; estimular hábitos alimentares saudáveis; promover mobilização comunitária com a constituição de redes sociais de apoio e ambientes de convivência e solidariedade; potencializar as manifestações culturais locais e o conhecimento popular na construção de alternativas individuais e coletivas que favoreçam a promoção da saúde; e contribuir para ampliação e valorização da utilização dos espaços públicos de lazer, como proposta de inclusão social, enfrentamento das violências e melhoria das condições de saúde e qualidade de vida da população. **III - DA JUSTIFICATIVA:** Consoante art. 32, da Lei Federal nº. 13.019/2014 apresento a justificativa de dispensa de chamamento público, com vista à celebração de parceria entre a administração pública com a organização da sociedade civil denominada INSTITUTO MARANHENSE DE POLÍTICAS PÚBLICAS, considerando que a Organizações da Sociedade Civil supra apresentou termo de fomento para a execução de projeto para conclusão de obras remanescentes das UBS em prol de garantir o funcionamento do atendimento básico de saúde, de forma digna aos moradores da cidade de Santa Rita - MA, como consultas médicas, tratamento odontológico, curativos, vacinas e coleta de exames laboratoriais. Assim, garantido os direitos constitucionais, formando uma rede descentralizada de serviços de saúde que pulveriza o acolhimento médico e libera os hospitais para o atendimento de casos mais específicos. **IV - DA RAZÃO DA ESCOLHA DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL -** A escolha se deu em virtude de não existir outra entidade de natureza similar junto ao órgão gestor, a concorrer ou apresentar plano de trabalho a atingir as metas apresentadas no termo de fomento e plano de trabalho pela entidade. Vale ressaltar, que foi divulgado no site da prefeitura em 16/02/2018 ampla convocação das Organizações da Sociedade civil a se credenciarem, para receberem título de credenciadas a fim de firmar termos de parcerias, base legal art. 30 inciso VI da lei Federal 13019/2014 e Decreto Municipal nº 06/2018. Após a publicação da divulgação no site da Prefeitura Municipal e diário oficial dos municípios, dentre as entidades credenciadas apenas uma entidade foi eleita, sendo a única com qualificação técnica para desempenhar o plano de trabalho e metas. Portanto, da análise feita pela Comissão Permanente de Seleção, ficou selecionada a Organização da Sociedade Civil o INSTITUTO MARANHENSE DE POLÍTICAS PÚBLICAS, devidamente credenciada junto ao órgão gestor, havendo patente inviabilidade de competição entre as Organizações da Sociedade Civil, em razão da natureza singular do objeto e do plano de trabalho apresentado pela entidade, sendo que suas metas somente podem ser atingidas no município por esta organização, previsão Art. 31. Da Lei federal 13.109/2014. Além disso, a escolha recaiu em Organização da Sociedade Civil que apresentou os documentos abaixo relacionados, em atendimento ao art. 33, da Lei nº. 13.019, de 31/07/2014, alterada pela Lei nº. 13.204/2015, combinado com o art. art. 2º do Decreto Municipal nº 06/2018. **1. Certificação e registro junto ao CREA-MA com engenheiro devidamente credenciado;** cópia do cartão do CNPJ atualizado, possuindo a organização da sociedade civil, no mínimo, um ano de existência, comprovando cadastro ativo; certidão Negativa de: a) Débito Tributário de qualquer natureza junto ao órgão fazendário municipal; b) Certidão quanto à Dívida Ativa da União conjunta; c)

Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual; d) Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS; e) Certidão de Débito Trabalhista; certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil e cópia do estatuto registrado e suas eventuais alterações; cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual; relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com comprovante de residência, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal - SRF de cada um deles; comprovou que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado; apresentou no estatuto objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social; e a previsão de que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido à outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da lei 13019/2014, cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta; apresentou escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as normas brasileiras de contabilidade; comprovou experiência prévia de execução de serviços realizados, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante; demonstrou possuir instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na sua área de atuação; apresentou registro da organização da sociedade civil junto ao órgão gestor; declarou de que a organização não deve prestações de contas a quaisquer órgãos ou entidades; declarou que não emprega menor, conforme disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988; declarou que o representante legal da organização da sociedade civil informado e seus dirigentes não incorrem em qualquer das vedações previstas na Lei 13.019/2014. **V - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS:** Os recursos destinados ao custeamento do objeto dessa Parceria onerarão as seguintes dotações orçamentárias: 10.301.0016.1057.0000 - Construção, Ampliação e/ou Reforma de Unidades de Saúde - FMS - 4.4.90.51.00 - Obras e instalações. **VI - DA CONCLUSÃO:** Considerando que o Parecer técnico e Jurídico exarado pelos setores competentes esclareceram de forma correta as razões pelas quais mostram-se inviável deflagrar um edital de Chamamento Público para fins de escolha de entidade para repasse de valores e para desenvolver atividades relacionadas a prestação de serviço de execução de projeto para o funcionamento das Unidades Básicas de Saúde, para o atendimento ao público em geral, Ante o exposto, por vislumbrar presentes os requisitos legais, em atendimento ao disposto no inciso VI, do art. 30, combinado com o art. 33, da Lei Federal nº. 13.019/2014 e com o artigo 2º do Decreto Municipal 06/2018, que regulamentou o credenciamento das Organizações da Sociedade Civil no Município de Santa Rita-MA, DECLARO a dispensa do chamamento público para fins de formalização de parceria com o INSTITUTO MARANHENSE DE POLÍTICAS PÚBLICAS, bem como autorizo seja formalizado o respectivo Termo de Fomento, tudo conforme a Lei Federal nº 13.019/2014, regulamentada no âmbito do Município de Santa Rita-MA, pelo Decreto nº. 05/2018 e medida provisória nº 20. Publique-se a presente justificativa e decisão acerca da dispensa do chamamento público no site do Município de Santa Rita - MA e também no Diário Oficial dos Municípios base (art. 32, § 1º, da Lei Federal. n. 13.019/2014). Decorrido o prazo legal de 05 dias de que trata o § 1º do art. 32 da Lei Federal. Nº 13.019/2014 sem a existência de impugnação autorizo a celebração e assinatura do Termo de Fomento, devendo o documento ser lavrado em três vias. Na sequência, remeta-se o Processo Administrativo para a Secretaria de

Administração e Finanças, para fins de cumprimento das disposições contidas no Termo de Fomento, repasse dos valores, bem como a adoção das providências referentes à prestação de contas. Designo o Secretário Municipal de Saúde como gestor da parceria. SANTA RITA, 05 DE MARÇO DE 2018. **HILTON GONÇALO DE SOUSA - PREFEITO MUNICIPAL**

Autor da Publicação: João Victor

Prefeitura Municipal de São João dos Patos

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 10/2018. PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2018/SRP -PMSJP/MA

Ata de Registro de Preços nº. 10/2018. Pregão Presencial nº. 10/2018/SRP -PMSJP/MA. PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS PRÉ-MOLDADOS

Aos primeiro dia do mês de Março do ano de dois mil e dezoito, pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA, através da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos doravante denominada CONTRATANTE, representada neste ato pela sua Secretário a Sra. MARIA ALICE DE SÁ LIMA, CPF nº 054.762.083-72; e a Empresa ALBERTO SOUSA ENG. IND. E COM. LTDA, com sede na Rua na Praça São João, nº 986, Centro em São João dos Patos - MA, CNPJ nº. 73.759.656/0001-66, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Luiz Alberto Lopes de Sousa, CPF nº. 269.008.743-04, tendo em vista o disposto na Lei nº. 8.666/93 e alterações e na Lei nº 10.520/02 e alterações, Decreto Municipal nº 019/2013, e das demais normas aplicáveis à espécie, resolvem efetuar o registro de preços, conforme decisão alcançada pelas atas das sessões, e devidamente HOMOLOGADA nos autos, ambas do Processo Administrativo nº. 10/2018, referente ao Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 11600/2018, consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento.

1. DO OBJETO:

O objeto desta Ata é o registro dos preços resultantes das negociações oriundas do Pregão Presencial nº 10/2018, nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei federal nº. 8666/93, com objetivo de disponibilizar para os órgãos/entes, preços para posterior e oportuna contratação de Materiais Pré-Moldado - a serem entregues em sua totalidade, parceladamente ou não, conforme o objeto e a necessidade do ÓRGÃO CONTRATANTE do Município, sendo obrigação desta, o controle sobre os preços dos produtos, mantendo a equipe de controle devidamente informada sobre possíveis irregularidades.

1.1 - Registro de Preços 10/2018, para atender a Administração Pública Municipal, conforme relacionados em anexo, sob especificações técnicas e estimativas médias de solicitações.

1.1.1. O serviço de publicidade desta licitação será solicitada diretamente à equipe gerenciadora da Ata de Registro de Preços, ficando estabelecido que é obrigação da empresa entregar o produto, sem a cobrança de encargos, aluguéis ou ônus, de qualquer natureza, conforme a disposição dos lotes, itens e subitens e ainda indicações constantes das relações do anexo I deste edital.

1.2 - Os produtos deverão ser entregues, após solicitação formal da

Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DOS PATOS - MA (ORDEM DE FORNECIMENTO).

1.3 - Desde a data da assinatura da(s) Ata(s) de Registro de Preços, a(s) detentora(s) se obriga(m) a adotar todas e quaisquer providências que forem necessárias para assegurar a satisfatória prestação dos objetos desta Ata.

1.4 - O ÓRGÃO CONTRATANTE não se obriga a firmar as contratações que poderão advir do Registro de Preços, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

2. DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

2.1 - A Administração ou Gerenciamento da presente ata caberá à Gerência devidamente nomeada pela Sr. José Coringa Antunes, Secretário Municipal de Obras e serviços urbanos.

3. DA SOLICITAÇÃO E DA AQUISIÇÃO DOS PRODUTOS:

3.1 - Da Solicitação: O ÓRGÃO CONTRATANTE deverá emitir Ordens de Fornecimentos (OF), ou instrumento equivalente, contendo discriminação dos produtos, preço unitário e total e prazo de entrega, e a Nota de Empenho, ao detentor da Ata, depois de consulta formulada à Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DOS PATOS - MA, responsável pelo gerenciamento do Sistema.

3.2 - Na OS ou documento equivalente deverá estar declarado a Dotação Orçamentária que suprirá a despesa, contendo pelo menos a Fonte, a Classificação Funcional e o Elemento de Despesa.

3.3 - **Da Aquisição dos Produtos: De posse dos documentos acima, o detentor da Ata, entregará os bens discriminados na OS no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, a contar do Recebimento da Ordem de fornecimento e da Nota de Empenho, ou em outro prazo, conforme consta da Ordem de fornecimento.**

4. DO PREÇO E ESPECIFICAÇÃO:

4.1 - Os preços ofertados, especificação, empresa e representante legal encontram-se enunciados nesta ata.

5. DO PRODUTO:

5.1 - Os produtos fornecidos deverão estar em perfeitas condições de utilização/consumo, e em total conformidade com as especificações constantes do Anexo I do edital do Pregão Presencial nº. 10/2018 - SRP/MA.

6. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS:

6.1 - A Ata de Registro de Preços, ora firmada entre a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogada, por até idêntico período, quando a proposta continuar se mostrando vantajosa, desde que haja interesse da Administração e aceitação das partes.

6.1.1. A Administração Pública não pode prorrogar por mais 12 (doze) meses a Ata de Registro de Preços, respeitando o que diz o artigo 15, §

3º, inciso III da Lei nº8.666/93.

8. DO PAGAMENTO:

8.1 - **O pagamento será feito por crédito em conta corrente, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente, a contar da data em que for recebido os produtos pelo ÓRGÃO CONTRATANTE mediante apresentação das respectivas notas fiscais ou nota fiscal-fatura, ou após a sua representação, sanadas as irregularidades constatadas.**

8.2 - Para efeito de pagamento, a Contratada deverá apresentar ao ÓRGÃO CONTRATANTE, os documentos abaixo relacionados:

a) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS fornecido pela CEF - Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado;

b) Certidão de Regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

8.3 - Nenhum pagamento será efetuado à Licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

8.4 - Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:

a) A multa será descontada no valor total do respectivo contrato; e

b) Se o valor da multa for superior ao valor devido pela execução do objeto, responderá o contratado pela diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

9. DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO:

9.1 - As solicitações de aquisição e emissão de empenho serão efetuadas pelo setor de compras da ÓRGÃO CONTRATANTE, responsável pela guarda e dispensa. A autorização para aquisição e emissão de empenho ficará a cargo do setor financeiro.

10. DO CONTRATO:

10.1 - Durante o prazo de validade do registro, as empresas detentoras poderão ser convidadas a firmar contratações de aquisição de produtos, mediante autorização do Município, observadas as condições fixadas neste instrumento, no Edital e as determinações contidas na legislação pertinente.

10.2 - O contrato para aquisição de produtos será sempre representado pela Nota de Empenho, ou instrumento equivalente, e a sua celebração será formalizada pelo recebimento ou retirada pela detentora da Ata de Registro de Preços.

10.3 - Aplica-se aos contratos de aquisição de produtos decorrentes de registro de preços o disposto no Capítulo III, da Lei Federal nº. 8.666/93, com suas respectivas alterações posteriores, no que couber.

11. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA:

11.1 - Cada compra deverá ser efetuada mediante liberação do ÓRGÃO CONTRATANTE.

11.2 - A(s) Contratada(s) se obriga(m) a manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas neste Edital

11.3 - O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme art. 65, § 1º da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

11.4 - Será de responsabilidade do concorrente que tiver seus preços registrados, o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas em decorrência de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se ainda por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionados com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ata de registro de preços.

12. DAS PENALIDADES:

12.1 - A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar a Ata de registro de preços, aceitar ou retirar a nota de empenho, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legais estabelecidas.

12.2 - No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DOS PATOS - MA poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

12.2.1 - As penalidades administrativas aplicáveis à Contratada, por inadimplência, estão previstas nos artigos 81, 87, 88 e seus parágrafos, todos da Lei nº. 8.666/93, e especificamente no Edital do Pregão nº ***/2018.

12.2.2 - A multa de mora a ser aplicada por atraso injustificado na execução do contrato será calculada sobre o valor dos produtos não adquiridos, competindo sua aplicação ao titular do órgão contratante, observando os seguintes percentuais:

1. De 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso até o limite correspondente a 15 (quinze) dias; e
2. De 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o limite correspondente a 30 (trinta) dias; e
3. De 1,0% (um por cento), por dia de atraso a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, até o limite correspondente a 60 (sessenta) dias, findo o qual a Contratante rescindirá o contrato correspondente, aplicando-se à Contratada as demais sanções previstas na Lei nº 8.666/93.

12.2.2.1 - Será aplicada multa de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor da contratação, quando a Contratada cometer qualquer infração às normas legais Federais, Estadual e Municipal, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.

12.2.2.2 - Será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da

contratação quando a Contratada:

a) entregar produtos em desacordo com o Termo de Referência, normas e técnicas ou especificações, independentemente da obrigação de fazer as correções necessárias, às suas expensas;

b) praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados.

12.2.3. ADVERTÊNCIA

12.2.3.1 - A aplicação da penalidade de advertência será efetuada nos seguintes casos:

a) descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou nas licitações, desde que acarretem pequeno prejuízo ao Município de SÃO JOÃO DOS PATOS - MA, independentemente da aplicação de multa moratória ou de inexecução contratual, e do dever de ressarcir o prejuízo;

b) execução insatisfatória do objeto contratado, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;

c) outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento das atividades do órgão solicitante, desde que não sejam passíveis de aplicação das sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade.

12.2.4. SUSPENSÃO DO DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

12.2.4.1 - Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública do Município de SÃO JOÃO DOS PATOS - MA pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos, práticas que contrariem disposições na Lei 8.666 e 10.520.

12.2.5. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

12.2.5.1 - A declaração de inidoneidade será proposta pelo agente responsável para o acompanhamento da execução contratual à Prefeitura se constatada a má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do Município de SÃO JOÃO DOS PATOS - MA, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízos ao Município de SÃO JOÃO DOS PATOS - MA ou aplicações sucessivas de outras sanções administrativas.

12.2.5.2 - A declaração de inidoneidade implica proibição de licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a Prefeitura, após ressarcidos os prejuízos e decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

12.2.5.3 - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com toda a Administração Pública será aplicada ao licitante ou contratado nos casos em que:

a) tenha sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

1. Demonstrarem não possuir idoneidade para licitar e contratar com o Município de SÃO JOÃO DOS PATOS - MA, em virtude de atos ilícitos praticados;
2. Reproduzirem, divulgarem ou utilizarem em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão de execução deste contrato, sem consentimento prévio do Órgão Solicitante ou da Prefeitura, em caso de reincidência;
3. Apresentarem à Prefeitura ou ao Órgão Solicitante qualquer documento falso, ou falsificado no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação, ou no curso da relação contratual;
4. Praticarem fato capitulado como crime pela Lei 8.666/93.

12.2.5.4 - Independentemente das sanções a que se referem os itens 2 e 4 do Capítulo XVI, o licitante ou contratado está sujeito ao pagamento de indenização por perdas e danos, podendo ainda a Prefeitura ou o Órgão Solicitante propor que seja responsabilizado:

1. Civilmente, nos termos do Código Civil;
2. Perante os órgãos incumbidos de fiscalização das atividades contratadas ou do exercício profissional a elas pertinentes;
3. Criminalmente, na forma da legislação pertinente.

12.2.6 - Nenhum pagamento será feito ao contratado que tenha sido multado, antes que tal penalidade seja descontada de seus haveres.

12.2.7 - As sanções serão aplicadas pelo titular da Prefeitura, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, com exceção da declaração de inidoneidade, cujo prazo de defesa é de 10 (dez) dias da abertura de vista, conforme § 3º do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

12.2.8 - As multas administrativas previstas neste instrumento, não têm caráter compensatório e assim, o seu pagamento não eximirá a Contratada de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

13 - DOS PRAZOS, DO LOCAL DE ENTREGA E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

13.1 - A autorização de aquisição de produtos será de inteira responsabilidade e iniciativa de cada órgão/ente, cabendo à mesma todos os atos burocráticos indispensáveis a uma regular administração, em comum acordo com os vencedores deste certame, formalizando por intermédio de Nota de Empenho e simples Ordem de fornecimento, quando a entrega for de uma só vez e não houver obrigações futuras ou, ainda, por Nota de Empenho e Contrato individual nas hipóteses que se fizerem necessárias cláusulas que possam resguardar direitos e obrigações futuras.

13.2 - A contratada ficará obrigada a fazer a entrega do material quando requisitado no prazo estabelecido no Edital de Pregão nº 10/2018.

14. READEQUAÇÃO DE PREÇOS:

14.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência do Registro, admitida a revisão quando houver desequilíbrio de equação econômico-financeiro inicial à Ata, nos termos da legislação que rege a matéria.

14.2 - Durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvados, entretanto, a possibilidade de revisão dos preços vigentes conforme previsão editalícia ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie.

14.3 - Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração dos bens a serem adquiridos, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá ocorrer a repactuação do valor contratado e/ou registrado.

14.4 - Durante a vigência da Ata, os preços registrados deverão permanecer compatíveis com os preços de mercado. Independente de provocação da Prefeitura, no caso de redução nos preços de mercado, ainda que temporária, a detentora obriga-se a comunicar a Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado, podendo esta agir de ofício.

14.5 - Caso a detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à Administração, ficará obrigada a restituição do que tinha recebido indevidamente.

15. DA POSSIBILIDADE DE RENEGOCIAÇÃO DE PREÇOS:

15.1 - Os bens similares às especificações dos bens contemplados neste certame poderão ser renegociados com as empresas que tiverem seus preços registrados (detentores da ata), somente na hipótese da segurança de reais vantagens para a contratação, o que deve ser justificado no processo administrativo, sempre tendo como parâmetro o preço registrado e as condições reais de mercado.

15.2 - A renegociação, no ato do contrato, poderá ser retomada em razão da quantidade e qualidade do produto demandado, ficando estipulado como parâmetro máximo, o preço registrado correspondente ao valor da unidade.

16. RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM FORÇA CONTRATUAL (aplicação subsidiária do art. 78 da Lei 8.666/93):

A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, nas hipóteses adiante descritas.

16.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

16.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes da Ata de Registro de Preços;

16.1.2. A detentora não formalizar contrato individual decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa.

16.1.3. A detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do Registro de Preços;

16.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente deste instrumento de registro;

16.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a detentora não aceitar sua redução;

16.1.6. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela Administração;

16.1.7. Sempre que ficar constatado que a detentora perdeu quaisquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação.

16.1.8. A comunicação de cancelamento do preço registrado será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento à Detentora, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, pelo menos por uma vez, considerando-se cancelado o preço registrado dez dias após a publicação.

16.1.9. Fica estabelecido que a detentora da ata deverá comunicar imediatamente Prefeitura qualquer alteração ocorrida no endereço, telefone, conta bancária e outras julgáveis necessárias para o recebimento de correspondência e outros documentos.

16.2 - Pela DETENTORA, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços, sem prejuízos das sanções cabíveis.

16.2.1. A solicitação da detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula 12, caso não aceitas as razões do pedido.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS:

17.1 - O compromisso de aquisição de bens só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho, contrato ou instrumento equivalente, decorrente da Ata de Registro de Preços.

17.2 - Os preços registrados, nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei nº. 8666/93, têm caráter orientativo (preço máximo).

17.3 - Os pedidos às detentoras da Ata deverão ser efetuados através de ORDEM DE FORNECIMENTO e NOTA DE EMPENHO, protocolizados ou enviados através de “fac-símile” ou outra forma semelhante, deles constando: data, valor unitário e quantidade, local para entrega, carimbo e assinatura do responsável da unidade requisitante, e, ainda, data, hora e identificação de quem os recebeu, juntando-se sua cópia nos processos de liquidação e de requisição.

17.4 - A detentora fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da Ata de Registro de Preços, e demais acréscimos necessários conforme disposição legal.

17.5 - Caso os produtos entregues não correspondam às especificações editalícias e desta Ata, serão rescindidos, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no edital e nesta Ata.

17.6 - Todas as declarações devem estar com firma reconhecida do Sócio Administrador ou representante legal em cartório, sob pena de não participação.

17.7 - O preço a ser pago pela contratante será o vigente na data em que o pedido for entregue à detentora da Ata do S.R.P., independentemente da data de entrega do produto, ou de autorização

de readequação através da Prefeitura, nesse intervalo de tempo, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

17.8 - Na hipótese da detentora da Ata de Registro de Preços negar-se a receber o pedido, este fato deverá ser comunicado oficialmente à Prefeitura, para as providências cabíveis.

17.9 - A detentora da Ata de Registro de Preços deverá comunicar à Prefeitura, toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização.

17.10 - As alterações contratuais obedecerão à Lei nº. 8666/93, com alterações introduzidas pela Lei nº. 8883/94 ou legislação que as vierem a substituir.

17.11 - Ao detentor da Ata cabe assegurar os produtos conforme definido na sua proposta e aceito pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitação, sem prejuízo de todas as disposições previstas no Código do Consumidor.

17.12 - Para solucionar quaisquer questões oriundas desta Ata de S.R.P., é competente, por força de lei, o Foro de SÃO JOÃO DOS PATOS - MA, observadas as disposições constantes do § 6º do artigo 32 da Lei nº. 8666/93. SÃO JOÃO DOS PATOS - MA, 01 de MARÇO de 2018. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS; MARIA ALICE DE SÁ LIMA

ORDENADO DE DESPESAS. LICITANTES: ALBERTO SOUSA ENG. IND. E COM. LTDA: CNPJ nº. 73.759.656/0001-66.

Autor da Publicação: MARIA ALICE DE SA LIMA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

A Prefeita Municipal, no uso de atribuições constitucionais, e tendo em vista o conteúdo do presente processo regular de licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2018 tipo Menor Preço por Item, HOMOLOGO para fins de direito a proposta encaminhada e assinada pela empresa, ALBERTO SOUSA ENG. IND. E COM. LTDA CNPJ nº 73.759.656/0001-66, apresentando um valor total de R\$ 540.599,49 (quinhentos e quarenta mil quinhentos e noventa e nove reais e quarenta e nove centavos), já mencionados na própria ata da Comissão Permanente de Licitação. Assim, determino que os serviços contábeis deste Município façam o registro na forma da Legislação em vigor e aplicada à espécie, visando assegurar os compromissos ora assumidos. CUMRA-SE NA FORMA RECOMENDADA. GABINETE DA PREFEITA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA, 01 DE MARÇO DE 2018. Gilvana Evangelista de Souza. Prefeita Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO. A Prefeita Municipal, no uso de atribuições constitucionais, e tendo em vista o conteúdo do presente processo regular de licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2018 tipo Menor Preço por Item, HOMOLOGO para fins de direito as propostas encaminhadas e assinadas pelas empresas A.W TRANSPORTE E LOCAÇÃO LTDA - ME CNPJ: 26.245.325/0001-28, nos itens 01, 02 e 05 com o valor total R\$ 418.320,00 (Quatrocentos e dezoito mil trezentos e vinte reais), e a empresa R. DE OLIVEIRA DIAS - ME CNPJ: 21.600.587/0001-40 nos itens 03, 04 e 06, com valor total R\$ 444.000,00 (Quatrocentos e quarenta e quatro mil reais), já mencionados na própria ata da Comissão Permanente de Licitação.

Assim, determino que os serviços contábeis deste Município façam o registro na forma da Legislação em vigor e aplicada à espécie, visando assegurar os compromissos ora assumidos. **CUMPRAR-SE NA FORMA RECOMENDADA. GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA, 02 DE MARÇO DE 2018. Gilvana Evangelista de Souza. Prefeita Municipal.**

Autor da Publicação: MARIA ALICE DE SA LIMA

Prefeitura Municipal de São José dos Basílios

PORTARIA Nº 018/2018

O Prefeito Municipal de São José dos Basílios, Estado do Maranhão, o Sr. **CREGINALDO RODRIGUES DE ASSIS**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal. **R E S O L V E: Art. 1º - NOMEAR**, o Sr. **LEONARDO DA CONCEIÇÃO COSTA**, portador do RG 034050082007-9 SSP/MA e CPF nº 602.549.653-69, para o cargo de **DIRETOR ESCOLAR DA UNIDADE INTEGRADA JOSÉ BONIFÁCIO**, conforme a lei de Estrutura Administrativa, que dispõe do funcionamento e a gestão dos serviços municipais e dá outras providências. **Art. 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. **DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRAR-SE. GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS, ESTADO DO MARANHÃO, EM 02 DE FEVEREIRO DE 2018. CREGINALDO RODRIGUES DE ASSIS, PREFEITO DE SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS.**

Autor da Publicação: Aldo da Silva Melo

PORTARIA Nº 019/2018

O Prefeito Municipal de São José dos Basílios, Estado do Maranhão, o Sr. **CREGINALDO RODRIGUES DE ASSIS**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal. **R E S O L V E: Art. 1º - NOMEAR**, a Sra. **MARGARIDA SILVA BRASIL**, portadora do RG 1737968 SSP/MA e CPF nº 376.146.493-20, para o cargo de **DIRETORA ESCOLAR DA ESCOLA CENTRO EDUCACIONAL JOÃO FIGUEIREDO**, conforme a lei de Estrutura Administrativa, que dispõe do funcionamento e a gestão dos serviços municipais e dá outras providências. **Art. 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. **DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRAR-SE. GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS, ESTADO DO MARANHÃO, EM 02 DE FEVEREIRO DE 2018. CREGINALDO RODRIGUES DE ASSIS, PREFEITO DE SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS.**

Autor da Publicação: Aldo da Silva Melo

PORTARIA Nº 020/2018

O Prefeito Municipal de São José dos Basílios, Estado do Maranhão, o Sr. **CREGINALDO RODRIGUES DE ASSIS**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal. **R E S O L V E: Art. 1º - NOMEAR**, a Sra. **MARILEUDE PEDROZA CHAVES**, portadora do RG 75424997-2 SSP/MA e CPF nº 814.121.343-15, para o cargo de **DIRETORA ESCOLAR DA UNIDADE INTEGRADA PRESIDENTE CASTELO BRANCO**, conforme a lei de Estrutura Administrativa, que dispõe do funcionamento e a gestão dos serviços municipais e dá outras providências. **Art. 2º** - Esta Nomeação terá seus efeitos retroagidos à data de 02 de fevereiro de 2018 e entrará

em vigor na data de sua publicação. **DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRAR-SE. GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS, ESTADO DO MARANHÃO, EM 02 DE FEVEREIRO DE 2018. CREGINALDO RODRIGUES DE ASSIS, PREFEITO DE SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS.**

Autor da Publicação: Aldo da Silva Melo

Prefeitura Municipal de Sucupira do Riachão

DECRETO Nº 004/2018

DECRETO Nº 004/2018 SUCUPIRA DO RIACHÃO - MA, 06 de março de 2018.

“Homologa o resultado final do Teste Seletivo Municipal (Edital nº 002/2017) realizado pela Prefeitura Municipal de Sucupira do Riachão - MA e dá outras providências.”

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SUCUPIRA DO RIACHÃO, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 86, XXVIII c/c art. 105, I, “i”, ambos da Lei Orgânica do Municipal.

CONSIDERANDO os termos do Termo de Ajustamento nº 001/2017 firmado entre o Município de Sucupira do Riachão - MA e o Município de Sucupira do Riachão - MA, que teve como objeto o compromisso de realização de concurso público e teste seletivo para cargos do Município de Sucupira do Riachão, bem como a adequação do quadro dos servidores aos ditames da Súmula Vinculante nº 13 do STF;

CONSIDERANDO a publicação do Resultado dos Recursos e Resultado Final do Teste Seletivo Municipal pela banca organizadora;

DECRETA:

Art. 1.º - Fica Homologado o Resultado Final do Teste Seletivo Municipal (Edital nº 002/2017), realizado pela Prefeitura Municipal de Sucupira do Riachão - MA, publicado pela banca organizadora, em 02.03.2018, consagrando-se como exatos e definitivos, o qual é parte anexa deste Decreto (**ANEXO I**).

Art. 2º - As vagas existentes no Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, ou as que vierem a existir no prazo de validade do presente concurso, serão preenchidas, conforme a necessidade, e de acordo com a disponibilidade orçamentária, conveniência e oportunidade da administração, obedecendo-se, rigorosamente, à ordem de classificação e demais exigências normativas previstas no edital do Teste Seletivo Municipal, para as funções públicas nele descritos.

Art. 3º - As vagas dispostas no edital do Teste Seletivo Municipal que não obtiveram candidato aprovado e/ou classificado, em caso de necessidade e conveniência, poderão ser contratadas diretamente, por excepcional interesse público, com esteio no art. 37, IX da CF c/c Art. 95, inc. X, da Lei Orgânica do Município de Sucupira do Riachão - MA.

Art. 4º - Ficam convocados os candidatos aprovados constantes no **ANEXO II**, em suas respectivas funções, para comparecerem à sede da Prefeitura Municipal de Sucupira do Riachão - MA, nos

dias 08/03/2018 a 14/03/2018 para apresentarem toda documentação e habilitação exigida, para a assinatura do contrato com a municipalidade, tudo isso em conformidade com o Capítulo 13, do Edital nº 002/2017.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Sucupira do Riachão, Estado do Maranhão, aos seis dias do mês de março do ano de dois mil dezoito.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GILZANIA RIBEIRO AZEVEDO

PREFEITA MUNICIPAL

Numerada, registrado e publicado o presente Decreto no mural da Prefeitura Municipal, aos seis dias do mês de março do ano de dois e dezoito.

EVA MARIA LEITE

Chefe de Gabinete

ANEXO I

CARGO

1. - MOTORISTA (AMBULÂNCIA) / SEDE (1)

VAGAS

4

CAD RESERVA

7

NUM	INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	TOTAL DE PONTOS
1	4605519	WILLIAM VIEIRA DOS SANTOS	1734101 SSP PI	47,5
2	4605047	RAFAEL CARDOSO SANTOS	0191927720017 SSP MA	45,0
3	4604211	GLOVANO DE ARAUJO PAIVA	539375032 SSP SP SP	45,0
4	4600576	FERNANDO MENDES DE OLIVEIRA	551134379 SSP SP	42,5
5	4602951	ARNALDO SOUSA FERREIRA	905780 SSP-PI PI	37,5
6	4605111	HUMBERTO RESENDE BRAZ DA SILVA	2655216 DF DF	35,0
7	4604644	GILVAN FERNANDES DE SOUSA	528184374 Ssp SP	32,5
7 CANDIDATOS				

CARGO

1. - VIGIA / SEDE (2)
2. VAGAS

7

CAD RESERVA

15

NUM	INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	TOTAL DE PONTOS
1	4605098	IVALDO DA SILVA MUNIZ	2700362 ssp PI	55,0

2	4606434	JEFFERSON ALMEIDA DE CARVALHO	209781820027 SSP MA	52,5
3	4602323	TIAGO RIBEIRO DA SILVA	3095850 SS PI	52,5
4	4604369	PEDRO DE SOUSA FERREIRA	041180932010-3	50,0
5	4604873	EDILBERTO PEREIRA DA SILVA	2745913 Ssp PI	50,0
6	4605421	ANDRÉ LUIZ SOARES DOS ANJOS	176105020013 Secretária Segu M	50,0
7	4601696	MILINA MARIA SILVA VIEIRA	0001120896999 SSP MA	47,5
8	4600312	MARCOS ANTONIO DA CONCEIÇÃO	4245181 SSP PI	47,5
9	4603966	ADAO LAZARO DA SILVA VIANA	0539172320142 SSP MA	47,5
10	4605373	JOSENILTON SILVA FERREIRA	0638081220177 SSP MA	47,5
11	4606061	ILDELSON RIBEIRO DA SILVA	1080090999 SSP MA	45,0
12	4602552	JACKSON ARRUDA DE ARAUJO	0176758420010 ssp MA	45,0
13	4605411	JONATAS DE SOUSA CARDOSO	245279220031 ssp MA	42,5
14	4604059	SERGIO LIMA MOTA	64333875 SSP GO	40,0
15	4601688	ANCELMO CORREA LIMA NETO	0000317516949 SSP MA	40,0
16	4606418	MARDONIO DE MELO SOUSA	244736220038 SSP MA	37,5
17	4600071	ANTÔNIO EDUARDO DE SOUSA VELOSO	542958727 SSP SP	37,5
18	4604121	FRANCISCO FERREIRA DA SILVA	291314880 ssp/sp SP	35,0
19	4604342	RANGEL SANTANA FREITAS	625450097 ssp SP	35,0
20	4604271	DEIVITI DAVI PEREIRA DA SILVA	0428491420110 SSP MA	35,0
21	4601858	RAIMUNDO NONATO PEREIRA DA SILVA	0329755220075 SSP MA	35,0
22	4606159	SAMUEL LIMA DE SOUSA	045328502012-4 SSP- Ma MA	35,0
23	4600533	JOSÉ FRANCILIO MENDES DE OLIVEIRA	21385619 SSP MG	35,0
24	4606141	ISRAEL DA SILVA BRITO	2311979 SSP PI	35,0
24 CANDIDATOS				

CARGO

104 - VIGIA / SEDE (1)

VAGAS

3

CAD RESERVA

5

NUM	INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	TOTAL DE PONTOS
1	4606401	PAULO ROBERTO DA SILVA	147591520006 SSP MA	50,0
2	4605179	ALAN DA SILVA FERREIRA	3210005 SSP DF	35,0
3	4604687	LUCITANIA BARROS DA SILVA	109629899-3 SSP MA	35,0
4	4600487	LEANDRO LIMA SILVA	0402220520105 SSP MA	32,5
4 CANDIDATOS				

CARGO

1. - VIGIA / ZONA RURAL(3)

VAGAS

3

CAD RESERVA

5

NUM	INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	TOTAL DE PONTOS
1	4605543	JOLSON ALMEIDA DE CARVALHO	1080179990 SSP MA	55,0
2	4602269	NAILSON PEREIRA DO NASCIMENTO	0392843920102 SSP/MA MA	40,0
3	4602277	FRANKLIN WILLIAM LIMA PACHECO	3836177 SSP MA	37,5
4	4602773	ALDO ALVES MONTEIRO	0000625814967 SSP MA	35,0
5	4603168	FRANCISCO DE ASSIS BARROS MENDONÇA	038122032009-3 SSP-MA MA	35,0
6	4604067	JOILSON VIANA DA SILVA	0423199020111 SSP MA	35,0
7	4600452	OSMANDO DA SILVA E SILVA	0341377320078 SSP MA	32,5
7 CANDIDATOS				

CARGO

1. - VIGIA / SEDE (4)

VAGAS

2

CAD RESERVA

4

NUM	INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	TOTAL DE PONTOS
1	4606396	NILFRAN RIBEIRO OLIVEIRA	0175470220019 SESP-MA MA	30,0
1 CANDIDATO				

CARGO**1. - VIGIA / SEDE (5)****VAGAS**

2

CAD RESERVA

4

NUM	INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	TOTAL DE PONTOS
1	4602617	ROMULO DOS SANTOS LIMA	2377472 SSP PI	50,0
2	4604288	WALLAS ARAUJO BATISTA	0383528020096 SSP MA	45,0
3	4603401	ERIVAN DA SILVA	176701120010 Ssp MA	32,5
4	4604725	BRUNO GOMES DE OLIVEIRA	0430484420111 ssp-MA MA	32,5
4 CANDIDATOS				

CARGO**1. - ZELADOR / SEDE (1)****VAGAS**

7

CAD RESERVA

15

NUM	INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	TOTAL DE PONTOS
1	4602765	MARIA DA GUIA IRENE DE FREITAS	21498942002-7 SSP/MA	32,5
2	4602404	LEILA DA SILVA CARVALHO	1122342990 ssp MA	30,0
2 CANDIDATOS				

CARGO**1. - ZELADOR / ZONA RURAL (2)**
2. VAGAS

9

CAD RESERVA

19

NUM	INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	TOTAL DE PONTOS
1	4602455	FAGNA MARTINS BRUNO DA SILVA	0355199920086 ssp MA	47,5
2	4606001	MYRELLA RODRIGUES GONÇALVES	0636379820174 SSP MA	45,0
3	4604611	ROSILENE DA SILVA	0000202655946 SSP MA	37,5
4	4604997	GICELIA LOPES DA SILVA	0176710320011 SSP/MA MA	30,0
5	4602315	ELLEM SILVA DO CARMO	032389182006-7 ssp MA	30,0
5 CANDIDATOS				

CARGO**1. - ZELADOR / SEDE (2)**
2. VAGAS

14

CAD RESERVA

28

NUM	INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	TOTAL DE PONTOS
1	4605403	MARILENE NOGUEIRA DE SOUSA	3165311 ssp MA	52,5
2	4605471	BRUNA OLIVEIRA	0600271320167 SSP MA	42,5
3	4602927	SEBASTIAO NUNES DE AZEVEDO ALMEIDA	0327595120076 SSP MA	40,0
4	4605845	ARLETE MENDES FERREIRA	6445048 SSP GO	37,5
5	4605586	ELESSANDRA NOLETO DE OLIVEIRA	0534929720142 SESP MA	35,0
6	4605357	ARTEMIZIA CARVALHO DA SILVA	0338614120073 SSP MA MA	35,0

CARGO**1. - ZELADOR / SEDE (2)****VAGAS**

14

CAD RESERVA

28

NUM	INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	TOTAL DE PONTOS
7	4603141	VERA LUCIA DO NASCIMENTO SILVA	0313028520065 SSP MA	35,0
8	4605578	NATANAEL SOUSA CARDOSO	0404234120106 SSP MA	35,0
9	4606311	ROSANGELA DA SILVA SOUSA	3240130 ssp DF	35,0
10	4601149	LUCILEIA SOUSA DA SILVA	0177004820018 ssp MA	35,0
11	4605144	GRACIARA DE SOUSA	2444696 SSP PI	32,5
12	4605632	JULIANA SILVA DE SOUSA	0520383520143 SSP MA	32,5
13	4600541	NONATA DO CARMO DOS SANTOS	3330379 SSP PI	32,5
14	4605438	ANTONIO APARECIDO SOUSA DOS SANTOS	064151242017 ssp SP	32,5
15	4601904	VALDERICE COSTA DA SILVA	1125094998 SSP MA	30,0
15 CANDIDATOS				

CARGO**1. - ZELADOR / SEDE (3)****VAGAS**

2

CAD RESERVA

4

NUM	INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	TOTAL DE PONTOS
1	4605314	MARIA AUGUSTA DA SILVA	393831140 ssp SP	32,5
1 CANDIDATO				

CARGO**1. - ZELADOR / ZONA RURAL (3)****VAGAS**

3

CAD RESERVA

5

NUM	INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	TOTAL DE PONTOS
1	4604512	FRANCILENE PEREIRA DE CARVALHO	0449435720121 SSP MA	35,0
2	4602692	MARIA LUISA GOMES DE SOUSA	064155262017-3	35,0
2 CANDIDATOS				

CARGO**1. - ZELADOR / SEDE (4)****VAGAS**

5

CAD RESERVA

11

NUM	INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	TOTAL DE PONTOS
1	4604032	LAURA DA SILVA MACEDO	3417429 ssp pi PI	57,5
2	4601556	DANIELA COSTA SILVA	0354520020080 Ssp MA	50,0
3	4604555	DENIZE OLIVEIRA DE FREITAS DOS SANTOS	0269118320038 SSP MA	47,5
4	4603532	LUANA RIBEIRO DE SOUSA	0529305820140 SSP MA	45,0
5	4602901	IPLIZANY CARVALHO CORREA	0594478220167 ssp MA	35,0
6	4606388	RAQUEL SILVA LIMA	0401867720100 SSP MA	32,5
6 CANDIDATOS				

CARGO**1. - ZELADOR / SEDE (5)****VAGAS**

4

CAD RESERVA

7

NUM	INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	TOTAL DE PONTOS
1	4602811	LUIZ RODRIGUES	0176702620017 ssp MA	37,5
2	4602171	LEIANE ALVES VIEIRA	0278660820041 Ssp MA	30,0
2 CANDIDATOS				

CARGO

201 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM / HOSPITAL (1)

VAGAS

7

CAD RESERVA

15

NUM	INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	TOTAL DE PONTOS
1	4603389	JOANICE CORRÊA LIMA	146778220000 SSP MA	47,5
2	4604741	MARIANE DE SOUSA NOLETO RIBEIRO	0381063620095 SSP MA	42,5
2 CANDIDATOS				

CARGO

301 - ENFERMEIRO / HOSPITAL (1)

VAGAS

4

CAD RESERVA

7

NUM	INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	TOTAL DE PONTOS
1	4600207	RENATTA LORENNIA FERREIRA DOS SANTOS	2782349 SSP PI	65,0
2	4603362	AURISLANE DA SILVA LIMA	0383091220090 SSP MA	60,0
3	4604881	VIVIANNE ALMEIDA ALVES ARRAIS	1990520 SSP PI	57,5
4	4601076	JULIANA MARIA DE OLIVEIRA LEITE	3307062 SSP PI	55,0
5	4600193	LUZIANE SILVA DE MORAIS	0300575720005-5 SSP MA	55,0
6	4604792	ZAIRA MARA PEREIRA FERNANDES DIAS	0141494220003 SSP MA	55,0
7	4603907	PRISCILA OLIVEIRA DE CARVALHO SILVA BARBOSA	0355060320086 SSPMA MA	55,0
8	4604083	HAYLLA SIMONE ALMEIDA PACHECO	3482481 SSP PI	55,0
9	4603044	SAVIA LOHANNA DE OLIVEIRA NOLETO	0381862220098 SSP MA	55,0
10	4603494	NATASHA KYT OLIVEIRA LIMA	255860320031 GEJSPC MA	52,5
11	4605349	FRANCISCO LIRA DE ARAÚJO	021741932002-7 SSP MA	52,5
12	4602961	JOSE MARIA FERREIRA DOS SANTOS	0198094420020 SSP MA	52,5
12 CANDIDATOS				

CARGO**1. - MÉDICO PLANTONISTA / HOSPITAL (1)****VAGAS**

2

CAD RESERVA

5

NUM	INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	TOTAL DE PONTOS
1	4606132	ERICO BEZERRA DE SENA	0214045020027 SSP MA	55,0

2	4603281	LIGYA RENATTA JUNIOR	12456101 SSP MT	45,0
2 CANDIDATOS				

CARGO**1. - NUTRICIONISTA / HOSPITAL (1)**

NUM	INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	TOTAL DE PONTOS
1	4602684	THAIZY LIMA CARDOZO	3162041 SSP PI	52,5
2	4601947	BARBARA MARIA DA SILVA COELHO	0356094720088 SSP MA	50,0
3	4606299	PRISCILA BORGES E SILVA	2896775 SSP PI	42,5
3 CANDIDATOS				

ANEXO II**CARGO****1. - MOTORISTA (AMBULÂNCIA) / SEDE (1)****VAGAS**

4

NUM	INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	TOTAL DE PONTOS
1	4605519	WILLIAM VIEIRA DOS SANTOS	1734101 SSP PI	47,5
2	4605047	RAFHAEL CARDOSO SANTOS	0191927720017 SSP MA	45,0
3	4604211	GLOVANO DE ARAUJO PAIVA	539375032 SSP SP SP	45,0
4	4600576	FERNANDO MENDES DE OLIVEIRA	551134379 SSP SP	42,5

CARGO**1. - VIGIA / SEDE (2)****VAGAS**

7

NUM	INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	TOTAL DE PONTOS
1	4605098	IVALDO DA SILVA MUNIZ	2700362 ssp PI	55,0
2	4606434	JEFFERSON ALMEIDA DE CARVALHO	209781820027 SSP MA	52,5
3	4602323	TIAGO RIBEIRO DA SILVA	3095850 SS PI	52,5
4	4604369	PEDRO DE SOUSA FERREIRA	041180932010-3	50,0
5	4604873	EDILBERTO PEREIRA DA SILVA	2745913 Ssp PI	50,0
6	4605421	ANDRÉ LUIZ SOARES DOS ANJOS	176105020013 Secretária Segu M	50,0
7	4601696	MILINA MARIA SILVA VIEIRA	0001120896999 SSP MA	47,5

CARGO

104 - VIGIA / SEDE (1)

VAGAS

3

NUM	INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	TOTAL DE PONTOS
1	4606401	PAULO ROBERTO DA SILVA	147591520006 SSP MA	50,0
2	4605179	ALAN DA SILVA FERREIRA	3210005 SSP DF	35,0
3	4604687	LUCITANIA BARROS DA SILVA	109629899-3 SSP MA	35,0

CARGO**1. - VIGIA / ZONA RURAL(3)****VAGAS**

3

NUM	INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	TOTAL DE PONTOS
1	4605543	JOLSON ALMEIDA DE CARVALHO	1080179990 SSP MA	55,0
2	4602269	NAILSON PEREIRA DO NASCIMENTO	0392843920102 SSP/MA MA	40,0
3	4602277	FRANKLIN WILLIAM LIMA PACHECO	3836177 SSP MA	37,5

CARGO**1. - VIGIA / SEDE (4)****VAGAS**

2

NUM	INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	TOTAL DE PONTOS
1	4606396	NILFRAN RIBEIRO OLIVEIRA	0175470220019 SESP-MA MA	30,0
1 CANDIDATO				

CARGO

1. - VIGIA / SEDE (5)

VAGAS

2

NUM	INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	TOTAL DE PONTOS
1	4602617	ROMULO DOS SANTOS LIMA	2377472 SSP PI	50,0
2	4604288	WALLAS ARAUJO BATISTA	0383528020096 SSP MA	45,0

CARGO

1. - ZELADOR / SEDE (1)

VAGAS

7

NUM	INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	TOTAL DE PONTOS
1	4602765	MARIA DA GUIA IRENE DE FREITAS	21498942002-7 SSP/MA	32,5
2	4602404	LEILA DA SILVA CARVALHO	1122342990 ssp MA	30,0

CARGO

1. - ZELADOR / ZONA RURAL (2)

VAGAS

9

NUM	INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	TOTAL DE PONTOS
1	4602455	FAGNA MARTINS BRUNO DA SILVA	0355199920086 ssp MA	47,5
2	4606001	MYRELLA RODRIGUES GONÇALVES	0636379820174 SSP MA	45,0
3	4604611	ROSILENE DA SILVA	0000202655946 SSP MA	37,5
4	4604997	GICELIA LOPES DA SILVA	0176710320011 SSP/MA MA	30,0
5	4602315	ELLEM SILVA DO CARMO	032389182006-7 ssp MA	30,0
5 CANDIDATOS				

CARGO

1. - ZELADOR / SEDE (2)

VAGAS

14

NUM	INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	TOTAL DE PONTOS
1	4605403	MARILENE NOGUEIRA DE SOUSA	3165311 ssp MA	52,5
2	4605471	BRUNA OLIVEIRA	0600271320167 SSP MA	42,5
3	4602927	SEBASTIAO NUNES DE AZEVEDO ALMEIDA	0327595120076 SSP MA	40,0
4	4605845	ARLETE MENDES FERREIRA	6445048 SSP GO	37,5
5	4605586	ELESSANDRA NOLETO DE OLIVEIRA	0534929720142 SESP MA	35,0
6	4605357	ARTEMIZIA CARVALHO DA SILVA	0338614120073 SSP MA MA	35,0

CARGO

1. - ZELADOR / SEDE (2)

VAGAS

14

NUM	INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	TOTAL DE PONTOS
7	4603141	VERA LUCIA DO NASCIMENTO SILVA	0313028520065 SSP MA	35,0
8	4605578	NATANAEL SOUSA CARDOSO	0404234120106 SSP MA	35,0
9	4606311	ROSANGELA DA SILVA SOUSA	3240130 ssp DF	35,0
10	4601149	LUCILEIA SOUSA DA SILVA	0177004820018 ssp MA	35,0
11	4605144	GRACIARA DE SOUSA	2444696 SSP PI	32,5
12	4605632	JULIANA SILVA DE SOUSA	0520383520143 SSP MA	32,5

13	4600541	NONATA DO CARMO DOS SANTOS	3330379 SSP PI	32,5
14	4605438	ANTONIO APARECIDO SOUSA DOS SANTOS	064151242017 ssp SP	32,5

CARGO

1. - ZELADOR / SEDE (3)

VAGAS

2

NUM	INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	TOTAL DE PONTOS
1	4605314	MARIA AUGUSTA DA SILVA	393831140 ssp SP	32,5

CARGO

1. - ZELADOR / ZONA RURAL (3)

VAGAS

3

NUM	INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	TOTAL DE PONTOS
1	4604512	FRANCILENE PEREIRA DE CARVALHO	0449435720121 SSP MA	35,0
2	4602692	MARIA LUISA GOMES DE SOUSA	064155262017-3	35,0

CARGO

1. - ZELADOR / SEDE (4)

VAGAS

5

NUM	INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	TOTAL DE PONTOS
1	4604032	LAURA DA SILVA MACEDO	3417429 ssp pi PI	57,5
2	4601556	DANIELA COSTA SILVA	0354520020080 Ssp MA	50,0
3	4604555	DENIZE OLIVEIRA DE FREITAS DOS SANTOS	0269118320038 SSP MA	47,5
4	4603532	LUANA RIBEIRO DE SOUSA	0529305820140 SSP MA	45,0
5	4602901	IPLIZANY CARVALHO CORREA	0594478220167 ssp MA	35,0

CARGO

1. - ZELADOR / SEDE (5)

VAGAS

4

NUM	INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	TOTAL DE PONTOS
1	4602811	LUIZ RODRIGUES	0176702620017 ssp MA	37,5
2	4602171	LEIANE ALVES VIEIRA	0278660820041 Ssp MA	30,0

CARGO

201 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM / HOSPITAL (1)

VAGAS

7

NUM	INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	TOTAL DE PONTOS
1	4603389	JOANICE CORREA LIMA	146778220000 SSP MA	47,5
2	4604741	MARIANE DE SOUSA NOLETO RIBEIRO	0381063620095 SSP MA	42,5

CARGO

301 - ENFERMEIRO / HOSPITAL (1)

VAGAS

4

NUM	INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	TOTAL DE PONTOS
-----	-----------	------	-----------	-----------------

1	4600207	RENATTA LORENNIA FERREIRA DOS SANTOS	2782349 SSP PI	65,0
2	4603362	AURISLANE DA SILVA LIMA	0383091220090 SSP MA	60,0
3	4604881	VIVIANNE ALMEIDA ALVES ARRAIS	1990520 SSP PI	57,5
4	4601076	JULIANA MARIA DE OLIVEIRA LEITE	3307062 SSP PI	55,0

CARGO**1. - MÉDICO PLANTONISTA / HOSPITAL (1)****VAGAS**

3

NUM	INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	TOTAL DE PONTOS
1	4606132	ERICO BEZERRA DE SENA	0214045020027 SSP MA	55,0
2	4603281	LIGYA RENATTA JUNIOR	12456101 SSP MT	45,0

CARGO**1. - NUTRICIONISTA / HOSPITAL (1)****VAGAS**

1

NUM	INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	TOTAL DE PONTOS
1	4602684	THAIZY LIMA CARDOZO	3162041 SSP PI	52,5

Autor da Publicação: Kayan Gustavo Reis Severino**AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2018/CPL****PREFEITURA MUNICIPAL DE SUCUPIRA DO RIACHÃO - MA**

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2018/CPL. A Prefeitura Municipal de Sucupira do Riachão, Estado do Maranhão, através do Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão, na forma Presencial, sob o nº 04/2018/CPL. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de provimento de rede de Internet para as Secretarias deste Município, em conformidade com Anexo I (Termo de Referência). **DATA DA ABERTURA:** 20 de março de 2018 às 15:00h, na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua São José, nº 477, centro, CEP: 65.668-000 – Sucupira do Riachão/MA. **TIPO:** Menor Preço por Lote. **REGIME DE EXECUÇÃO:** Empreitada por preço unitário. **DIPLOMA LEGAL:** Lei Federal nº 10.520/02, subsidiariamente com a Lei Federal nº 8.666/93. **OBTENÇÃO DO EDITAL:** No endereço supra, das 08:00 às 12:00h, de segunda a sexta-feira, podendo ser consultado gratuitamente ou adquirido mediante recolhimento de R\$ 50,00 (cinquenta reais) através de DAM (documento de arrecadação municipal). Sucupira do Riachão/MA, 06 de março de 2018. HENRIQUE LUIS MONTEIRO DA COSTA – Pregoeiro.

Autor da Publicação: Kayan Gustavo Reis Severino**Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso****EXTRATO DE CONTRATO Nº 09.2018. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 34/2017**

EXTRATO DE CONTRATO. CONTRATO Nº. 09/2018 - CCL - Processo nº. 046/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2017. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2017. **CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Tasso fragoso/MA. **CONTRATADA:** SALUT HOSPITALAR LTDA – ME, CNPJ Nº 25.210.848/0001-76, com endereço na Rua Loreto, nº 200, Bairro Nazaré, Balsas/MA, CEP: 65.800-000: **OBJETO:** fornecimento de

oxigênio medicinal e ar comprimido medicinal, de interesse do Fundo Municipal de Saúde de Tasso fragoso/MA. Valor Total R\$ 74.558,09 (setenta quatro mil quinhentos e cinquenta oito reais e nove centavos): DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 10.301.0010.2-039 Ações de Atendimento Básico de Saúde - 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo. VIGENCIA: 31 de dezembro de 2018. DATA DA ASSINATURA: 05 de março de 2018 – ROBERTH CLEYDSON MARTINS COELHO- Prefeito Municipal de Tasso fragoso/MA e SALUT HOSPITALAR LTDA – ME.

Autor da Publicação: IGOR RIBEIRO SANTOS

NORMAS E ORIENTAÇÕES DE PUBLICAÇÃO

A Constituição Federal permite que cada município, como ente federado, possa se auto-organizar administrativamente (Art. 18 da CF/88) por meio de suas leis (arts. 29, 20, I, da CD/88)

A Lei Federal nº 8.666/93, no seu art. 6º, inciso XIII, conceitua imprensa oficial e declara que: “para a União é o Diário Oficial da União e para os Estados, Distrito Federal e Municípios, é o que for definido em suas leis.”

O Diário Oficial é criado através de Lei Municipal. A prefeitura envia e aprova o Projeto de Lei, conforme modelo fornecido pela FAMEM, para a Câmara Municipal.

O art. 48 da Lei Complementar nº. 101/00 considera o meio eletrônico como um instrumento de transparência da gestão fiscal.

A Lei nº 10.520/2002, no seu art. 4º, determina que a publicação do aviso de licitação, independentemente do seu valor, deve ser publicado no Diário Oficial do respectivo município.

DA PUBLICAÇÃO:

A publicação do diário oficial dos municípios será exclusivamente através do site: www.famem.org.br.

O município que desejar, poderá imprimir as edições para distribuição em seu município.

A produção e circulação do diário obedecerão ao seguinte:

DA INCLUSÃO DO CONTEÚDO NO SISTEMA DO DIÁRIO:

DA DATA:

As prefeituras municipais podem inserir suas publicações dentro do sistema do diário até as 22:00hs do dia corrente.

DA PUBLICAÇÃO:

As publicações sempre acontecerão às 5:00hs do dia seguinte.

OBS.: Lembrando que todo e qualquer conteúdo incluso pelas prefeituras no dia corrente para publicação dentro do sistema do diário, só será publicado no próximo dia útil, obedecendo assim os feriados nacionais e finais de semana.

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- Formato: 21 x 29,7 cm (fechado)
- Cor: Preto e Branco
- Fonte: tamanho 8,5
- Número de Páginas: Determinado pela demanda
- Publicação: Diária

Para divulgar as publicações oficiais no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Maranhão, as prefeituras deverão seguir a seguinte normatização.

DO RECEBIMENTO:

- O conteúdo deverá ser enviado pela internet por meio da utilização da ferramenta de publicação do diário que já se

encontra disponível no site: diario.famem.org.br ;

- Todo o material enviado para publicação deverá ser realizado por meio de um funcionário da prefeitura previamente autorizado e capacitado pela FAMEM para utilização do sistema;

A FORMATAÇÃO:

O conteúdo inserido pelas prefeituras no sistema do diário, deverão obedecer à seguinte formatação: o editor de textos utilizado deve ser o “Word”; o corpo da letra (tamanho) será 8,5cm; usar espaçamento simples entre linhas; texto na cor preta (automática); selecionar fonte (estilo) Arial, com alinhamento justificado.

DA PUBLICAÇÃO:

- Só serão divulgadas no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Maranhão as publicações de municípios que aprovarem nas Câmaras Municipais o projeto de lei que autoriza as prefeituras a instituírem o diário como órgão oficial dos municípios;
- As publicações oficiais das prefeituras serão distribuídas no diário por ordem alfabética dos municípios, assim como os atos administrativos;
- O conteúdo publicado é de inteira responsabilidade do município que inseriu o material no sistema do diário para publicação;
- A publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Maranhão substituirá as demais publicações impressas, para todos os efeitos legais, exceto para os editais de licitação na modalidade tomada de preços e concorrência, os quais, conforme disposto na Lei Federal nº 8.666/93, devem ser publicados também em diário de grande circulação.
- Algumas publicações ainda deverão ser realizadas pela Imprensa Oficial do Estado ou da União, quando se tratar de convênios ou outra forma de parceria com esses outros entes federativos.
- O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Maranhão será publicado no site simultaneamente à publicação impressa.
- O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Maranhão não circulará aos sábados, domingos e feriados.

DA DISTRIBUIÇÃO:

- A FAMEM disponibiliza todos os exemplares do Diário Oficial dos Municípios do Estado do Maranhão em seu site: diario.famem.org.br;

DO ARMAZENAMENTO:

- O material finalizado será armazenado em nuvem no ambiente tecnológico desta Federação e em encadernações mensais;
- Os e-mails recebidos também serão armazenados em nuvem em espaço de acesso restrito;
- O material também ficará acessível para consulta das prefeituras no site da FAMEM: www.famem.org.br

Obs.: A aceitação dos atos administrativos divulgados neste diário estão condicionadas à verificação de sua autenticidade na Internet.

ATOS QUE PODEM SER PUBLICADOS NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO MARANHÃO E ATOS QUE DEVEM SER PUBLICADOS EM OUTROS VEÍCULOS DE PUBLICAÇÃO

SÃO VEÍCULOS DE DIVULGAÇÃO DE ATOS:**I) VEÍCULOS OFICIAIS:**

- a) Diário Oficial da União;
- b) Diário Oficial do Estado;
- c) Diário Oficial dos Municípios, impressos ou eletrônicos.

II) VEÍCULOS PRIVADOS:

- a) Jornal diário de circulação nacional;
- b) Jornal diário de grande circulação no Estado;
- c) Jornal diário de circulação regional;
- d) Jornal diário de circulação local.

III) INTERNET:

- a) Sites oficiais; e
- b) Sites privados.

ATOS ADMINISTRATIVOS QUE DEVEM SER PUBLICADOS E OS VEÍCULOS A SEREM UTILIZADOS:**I - AVISOS DE ABERTURA DE LICITAÇÕES:**

- a) Obrigatoriedade de publicar o extrato dos editais de tomada de preços e concorrência no DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, quando se tratar de obras e serviços de engenharia com RECURSOS FEDERAIS (art. 21, § 4º da Lei Federal 8.666/93) e os de pregão quando o convênio ou o Decreto Municipal dispuser a respeito (art. 17, I, II, III do Decreto Federal 5.450/05), e poderão ser os editais publicados na íntegra no Diário Oficial dos Municípios;
- b) Obrigatoriedade de publicar o extrato dos editais de tomada de preços, concorrência, leilão e concurso no DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO (art. 21, § 4º, inciso II da Lei Federal 8.666/93) e poderão ser os editais publicados na íntegra no Diário Oficial dos Municípios;
- c) Obrigatoriedade de publicar o extrato dos editais de tomada de preços, concorrência, leilão e concurso no JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO (art. 21, § 4º, inciso III da Lei Federal 8.666/93) e poderão ser os editais publicados na íntegra no Diário Oficial dos Municípios;
- d) Obrigatoriedade de publicar o extrato dos editais de tomada de preços, concorrência, leilão e concurso no JORNAL DE CIRCULAÇÃO LOCAL OU REGIONAL (art. 21, § 4º, inciso III da Lei Federal 8.666/93) e poderão ser os editais publicados na íntegra no Diário Oficial dos Municípios;
- e) Obrigatoriedade de publicar os editais de pregão na INTERNET e poderão ser os editais publicados na íntegra no Diário Oficial dos Municípios;
- f) Obrigatoriedade de divulgar a realização de audiência pública que deve anteceder a licitação ou conjunto de licitações em valores superiores a 100 vezes o limite estabelecido para a modalidade de concorrência nos mesmos meios de divulgação do edital respectivo;

g) OBRIGATORIEDADE DE DIVULGAR AS ALTERAÇÕES DOS EDITAIS de nos mesmos meios de divulgação do edital respectivo (art. 21, § 4º da Lei Federal 8.666/93).

II - DEMAIS ATOS DECORRENTES DA APLICAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES:

a) Obrigatoriedade de divulgação dos editais de convite no mural da Prefeitura (art. 21 e 22,

§ 3º da Lei Federal 8.666/93) e DEVERÃO também ser publicados na íntegra no Diário Oficial dos Municípios;

b) Obrigatoriedade de divulgação da relação mensal de compras (art. 16 e art. 24, IX da Lei Federal 8.666/93) no mural da Prefeitura ou na Imprensa Oficial do Município, que neste caso, depois de aprovada a Lei Municipal será o Diário Oficial dos Municípios;

c) Obrigatoriedade de divulgar na Imprensa Oficial do Município, que pode ser o Diário Oficial dos Municípios e no jornal diário de grande circulação no Estado, o chamamento público para registro cadastral (art. 34, § 1º da Lei Federal 8.666/93);

d) Obrigatoriedade de divulgar na Imprensa Oficial do Município (Diário Oficial dos Municípios) a RATIFICAÇÃO DAS DISPENSAS E DE INEXIGIBILIDADES DE LICITAÇÃO e o retardamento da execução de obra ou serviço (arts. 8º, 17, § 2º e 4º, 24, 25 e 26 da Lei Federal 8.666/93);

e) Obrigatoriedade de divulgar o extrato de contratos, ajustes e convênios e seus RESPECTIVOS ADITIVOS (art. 61, parágrafo único da Lei Federal 8.666/93) na Imprensa Oficial do Município (Diário Oficial dos Municípios);

f) Obrigatoriedade de divulgar as intimações dos julgamentos das fases de habilitação e de propostas, quando não estiverem todos os licitantes presentes no ato que adotou a decisão, da anulação e revogação de licitações e da rescisão de contratos (art. 109, § 1º, alíneas a e b da LF 8.666/93), na Imprensa Oficial do Município (Diário Oficial dos Municípios);

g) Obrigatoriedade de divulgar a justificativa do pagamento fora da ordem cronológica (art. 5º da Lei Federal 8.666/93) na Imprensa Oficial do Município (Diário Oficial dos Municípios);

h) Obrigatoriedade de divulgar os preços registrados (art. 15, § 2º da Lei Federal 8.666/93) na Imprensa Oficial do Município (Diário Oficial dos Municípios);

i) Obrigatoriedade de divulgar as decisões de impugnações de editais, as decisões de recursos, os atos de cancelamento, adiamento, adjudicação e homologação de licitações, convocação para sorteio e demais avisos e decisões ocorridas no curso do procedimento licitatório aos licitantes, o que pode ser feito através do Diário Oficial dos Municípios. Caso envolva recursos federais, deverá também ser publicado no Diário Oficial da União, e na hipótese de envolver recursos do Estado do Maranhão, no Diário Oficial do Estado do Maranhão.

III - OUTROS ATOS OFICIAIS QUE PODEM E DEVEM SER DIVULGADOS POR MEIO DO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS:

Poderão ser publicados na íntegra no Diário Oficial dos Municípios:

a) as Leis Municipais e demais atos resultantes do processo legislativo das Câmaras Municipais, tais como, projetos de lei e vetos;

b) os Decretos e outros atos normativos baixados pelos Prefeitos e Presidentes das Câmaras Municipais, tais como portarias, resoluções, instruções normativas, orientações normativas;

c) os atos dos Secretários Municipais, baixados para a execução de normas, com exceção dos de interesse interno dos municípios, tais como: despachos circulares, ordens de serviço, licenças diversas, alvarás, entre outros;

d) atos administrativos cuja publicidade seja obrigatória nos termos da legislação federal, conforme antes apontado, bem como da legislação municipal;

e) atos administrativos diversos emanados de qualquer órgão municipal, inclusive conselhos de políticas públicas, tais como pautas, atas, pareceres;

f) atos relacionados à área de recursos humanos, a exemplo de: atos relacionados a concurso público (edital, homologação de inscrições, resultado e classificação de aprovados, decisões de recursos, homologação do concurso, convocação para posse e nomeação), aposentadoria, aproveitamento, demissão, exoneração, falecimento, nomeação de servidores efetivos, comissionados e temporários, promoção, recondução, reintegração, reversão, readaptação, transferência, inclusive a nomeação de comissões de sindicância e processo administrativo disciplinar e demais atos passíveis de publicação decorrentes destes processos;

g) atos decorrentes da aplicabilidade da Lei de Responsabilidade Fiscal, ainda que não sejam de publicidade obrigatória, tais como parecer prévio do controle interno, planos, prestação de contas, relatórios de gestão fiscal (publicidade obrigatória), relatórios resumidos da execução orçamentária (publicidade obrigatória) e versões simplificadas desses documentos. Os atos de publicidade obrigatória, acima referidos, deverão ser divulgados de modo a permitir o mais amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico, jornal local ou Diário Oficial, juntamente com a fixação no mural dos órgãos.

IV - ATOS QUE DEVEM SER PUBLICADOS NA HOMEPAGE CONTAS PÚBLICAS DO TCU (LEI FEDERAL 9.755/98):

a) balanço consolidado das contas dos municípios, suas autarquias e outras entidades;

b) balanços do exercício anterior;

c) orçamentos do exercício;

d) quadros baseados em dados orçamentários, demonstrativos de receita e despesa;

e) ratificações das dispensas e inexigibilidades (obrigatório divulgar na Imprensa Oficial);

f) recursos repassados voluntariamente;

g) relação de compras (obrigatório divulgar na Imprensa Oficial);

h) relatórios resumidos da execução orçamentária – demonstrativos

bimestrais;

i) resumos dos instrumentos de contrato e de seus aditivos (obrigatório divulgar na Imprensa Oficial);

j) tributos arrecadados.


Todos estes atos também podem ser publicados no Diário Oficial dos Municípios para dar maior transparência à gestão municipal.

*A seguir, quadro resumo sobre os atos e veículos de publicação

ATO	BASE LEGAL	DOM	DOE	DOU	JGCE	JGL/R	WEB	HOME	MURAL
LICITAÇÕES									
Aviso de Tomada de Preços, Concorrência, Concurso e Leilão.	Art. 21 da Lei 8.666/93	X	X	X	X	X			
				(Obras com recursos federais)					
				OBRIGATÓRIO					
Chamamento do registro cadastral	Art. 34 da Lei 8.666/93	X			X				
Os atos a seguir, se publicados no Diário Oficial dos Municípios que é a imprensa oficial do Município, não precisam ser publicados em outro jornal.									
Aviso de Convite	Art. 21 e 22, §3º da Lei 8.666/93	X							X
Aviso de Pregão	Lei 10.520/2002	X					X		
Relação mensal de Compras	Art. 16 da Lei 8.666 e Lei 9.755/98	X						X	X
Ratificação de dispensa	Art. 66 da Lei 8.666 e Lei 9.755/98	X						X	
Ratificação de Inexigibilidade	Art. 26 da Lei 8.666 e Lei 9.755/98	X						X	
Retardamento da execução de obras ou serviços	Art. 26 da Lei 8.666/93	X							
Extrato dos contratos, ajustes e convênios	Art. 61 da Lei 8.666/93 e Lei 9.755/98	X						X	
Decisão habilitação e classificação de Propostas se ausentes licitantes no ato licitatório.	Art. 109 da Lei 8.666/93	X							
Justificativa de pagamento fora da ordem cronológica	Art. 5º da Lei 8.666/93	X							
Preços registrados	Art. 15 da Lei 8.666/93	X							
Decisão de impugnação de editais	Art. 41 da Lei 8.666/93	X							
Decisão de recursos	Lei 8.666/93	X							
Revogação de Licitação	Lei 8.666/93	X							
Anulação de Licitação	Lei 8.666/93	X							
Adjudicação de Licitação	Lei 8.666/93	X							
Convocação de Licitação	Lei 8.666/93	X							
Apostilas	Art. 61 da Lei 8.666/93 e Lei 9.755/98	X							
GESTÃO FISCAL									
RREO	Art. 52 da LC 101/2000	X				X	X		X
RGF	Art. 55 e 63 LC 101/2000	X				X	X		X
PROCESSO LEGISLATIVO									
Projetos de Lei	Art. 37 CF	X							
Vetos	Art. 37 CF	X							
Leis	Art. 37 CF	X							
Decretos	Art. 37 CF	X							
Portarias	Art. 37 CF	X							
Resoluções	Art. 37 CF	X							
Instruções Normativas	Art. 37 CF	X							
Orientações Normativas	Art. 37 CF	X							
ATOS ADMINISTRATIVOS DIVERSOS									
Ordens de Serviços	Art. 37 CF	X							
Pareceres	Art. 37 CF	X							
Licenças Municipais	Art. 37 CF	X							

Despachos	Art. 37 CF	X							
Circulares	Art. 37 CF	X							
Atas de Conselhos	Art. 37 CF	X							
Balanço do exercício anterior	Lei 9.755/98	X						X	
Balanço consolidado	Lei 9.755/98	X						X	
Orçamento do exercício	Lei 9.755/98	X						X	
Quadro demonstrativo da Receita e despesa	Lei 9.755/98	X						X	
Rec. repassados voluntariamente	Lei 9.755/98	X						X	
Tributos arrecadados	Lei 9.755/98	X						X	
ÁREA DE PESSOAL									
Edital de Concurso Público	Art. 37 CF	X							
Homologação de insc. Conc. Público	Art. 37 CF	X							
Resultado e classif. Conc. Público	Art. 37 CF	X							
Decisão de recursos em Conc. Público	Art. 37 CF	X							
Homologação de Conc. Público	Art. 37 CF	X							
Convocação p/ posse e nomeação	Art. 37 CF	X							
Aposentadoria de servidores	Art. 37 CF	X							
Demissão de servidores	Art. 37 CF	X							
Aproveitamento de servidores	Art. 37 CF	X							
Exoneração de servidores	Art. 37 CF	X							
Falecimento de servidores	Art. 37 CF	X							
Nomeação de servidores	Art. 37 CF	X							
Promoção de servidores	Art. 37 CF	X							
Recondução de servidores	Art. 37 CF	X							
Reintegração de servidores	Art. 37 CF	X							
Reversão de servidores	Art. 37 CF	X							
Readaptação de servidores	Art. 37 CF	X							
Transparência de servidores	Art. 37 CF	X							
Cessão de servidores	Art. 37 CF	X							

This document is signed by

	Signatory	CN=FEDERACAO DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO MARANHAO:12526786000164, OU=AR SERASA, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, L=SAO LUIS, ST=MA, C=BR
	Date/Time	Wed Mar 07 06:00:46 BRT 2018
	Issuer-Certificate	CN=AC SERASA RFB v2, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR
	Serial-No.	2670235723602551733
	Method	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)